

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

A Burguesia às Urnas? - O Voto na 1ª República
(As Eleições de 1922)

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciência Política

Duarte Pedro Cação Vieira

Sob a orientação de:
Prof. Dr^a Filipa Raimudo
Professora Auxiliar
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

[Outubro de 2019]

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

A Burguesia às Urnas? - O Voto na 1ª República
(As Eleições de 1922)

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciência Política

Duarte Pedro Cação Vieira

Sob a orientação de:
Prof. Dr^a Filipa Raimudo
Professora Auxiliar
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

[Outubro de 2019]

Agradecimentos

Aos meus pais, pelo apoio, pela oportunidade, pela compreensão, pela ausência.

Ao meu irmão, porque às vezes quando tudo se torna complicado basta pensar que estás aí.

À Teresa, pelo constante apoio, força e paixão que todos os dias demonstras.

Ao José, pelas tuas capacidades de *hacking*.

À professora Filipa, pela orientação e paciência.

RESUMO: A Primeira República Portuguesa foi um período de intensa actividade política e partidária, apesar de ter no Partido Democrático um actor dominante. Repleto de competição, revoltas, propaganda e até assassinatos, esta época é o início da experiência democrática em Portugal, retomada em 1974. As eleições de 1922 são centrais no entendimento das estruturas do voto na primeira república pois acontecem numa altura extremamente difícil para a política da Nação, logo após a “*Noite Sangrenta*”. Realizamos assim a contextualização sobre a qual são realizadas estas eleições. Procedemos à identificação ideológica dos partidos concorrentes identificando os seus traços principais. Recolhemos então todos os resultados eleitorais referentes a esta eleição a nível concelhio e de assembleia de voto, procedendo ao seu tratamento para mapear os resultados. Identificando assim zonas geográficas de fixação partidária e dados sobre a abstenção com informação até aqui inexistente na comunidade académica.

PALAVRAS-CHAVE:

Portugal; Primeira República Portuguesa; Ideologia; Ideologias Partidárias; Eleições; 1922; Geografia Eleitoral; Republicanismo.

ABSTRACT: The Portuguese First Republic was a period of intense political and party activity despite having a dominant actor, the Democratic Party. Full of competition, revolution, propaganda, and even murder, this was the beginning of the democratic experience in Portugal, that would only be continued in 1974. The 1922 elections are key to the understanding of voting structures in the first republic as they take place right after a key event for the politics of the Nation, the “Bloody Night”. We thus conduct the contextualization under which the elections took place. Identified the party ideology of the participating parties and their primary ideological traits. Gathered all the election data on a county and local assembly level proceeding then to the treatment of said data, mapping the results. Identifying geographical areas of party fixation and data on election turnout with information until this point inexistent in the academic community.

KEYWORDS:

Portugal; Portuguese First Republic; Ideology; Party Ideology; Elections; 1922; Electoral Geography; Republicanism.

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	1
2.	ENQUADRAMENTO.....	3
3.	METODOLOGIA E FONTES	4
3.1.	PERGUNTA DE INVESTIGAÇÃO E ABORDAGEM	4
3.2.	PORQUÊ AS ELEIÇÕES DE ‘22	4
4.	BASE DE DADOS	5
5.	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	6
5.1.	A LEGISLAÇÃO ELEITORAL	6
5.2.	O PAÍS E O SISTEMA POLÍTICO.....	9
5.2.1.	AS FINANÇAS	14
5.2.2.	A NOITE SANGRENTA DE 19 DE OUTUBRO DE 1921.....	15
5.	OS PARTIDOS – ANÁLISE DOS MANIFESTOS E IDEOLOGIAS.....	18
5.1	A IDEOLOGIA DE BASE – REPUBLICANISMO.....	18
5.2	PARTIDO REPUBLICANO PORTUGUÊS (PARTIDO DEMOCRÁTICO).....	21
5.3	PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL	22
5.4	PARTIDO REPUBLICANO DE RECONSTITUIÇÃO NACIONAL	23
5.5	GOVERNAMENTAIS / GRUPO DE CUNHA LEAL	24
5.6	CAUSA MONÁRQUICA	24
5.7	CENTRO CATÓLICO PORTUGUÊS	25
6.	FIXAÇÃO PARTIDÁRIA GEOGRÁFICA	26
7.	DADOS E MAPEAMENTO DOS RESULTADOS	27
8.	CONCLUSÃO	38
9.	BIBLIOGRAFIA	40
	LEGISLAÇÃO	41
	FONTES INFORMÁTICAS.....	41
	FONTES ARQUIVÍSTICAS.....	41
10.	ANEXOS	42

1. INTRODUÇÃO

A História e a Ciência política, ambas ciências sociais, estão inevitavelmente ligadas. Adriano Moreira (1996, p. 37) fala da História Política como parte do conjunto das Ciências Políticas classificando-a como “o ramo especializado da História que se dedica à descoberta, conhecimento e ordenação dos fenómenos políticos do passado.” Interessa-nos então, a quem estuda Ciência Política, entender o passado, interessa a análise da História contemporânea, o porquê dos factos, estudar e identificar tendências políticas, sociológicas, comportamentais ou ideológicas para conseguirmos retirar lições do passado.

A democracia Portuguesa foi precedida por quase meio século de um regime autoritário, como em qualquer regime autoritário, as eleições realizadas nesse período não eram livres nem o processo nem, certamente, o resultado. No entanto, antes da implementação deste regime, que ficaria conhecido como Estado Novo, as eleições eram consideradas livres, mesmo que o sufrágio fosse bastante restrito como veremos mais à frente. Este período vai desde a revolução de 5 de Outubro de 1910 que instaura a 1ª República em Portugal, a 28 Maio de 1926 que instaura a ditadura militar que perduraria até 1974. O período entre 1910 e 1926, de apenas 16 anos, representou uma época de intensa luta política, divisões partidárias, propaganda ideológica, marcado por revoltas, greves, tentativas de revolução e golpes de estado e 45 governos. Neste contexto, realizaram-se oito eleições legislativas.

As eleições são um dos elementos principais de qualquer democracia, são o evento, o acto que confere legitimidade e representatividade aos cargos públicos e aos detentores desses cargos. Apesar desta importância, não existe até hoje um estudo completo que nos permita conhecer melhor o comportamento de voto dos portugueses com capacidade eleitoral nas eleições que se realizaram durante a 1ª República portuguesa. Tal deve-se em parte à dificuldade de recolha dos dados das eleições e à morosa tarefa que essa recolha representa. Os dados requeridos para um trabalho deste género estão depositados no arquivo da Assembleia da República. O arquivo inclui as actas, organizadas por círculo eleitoral de todas¹ as assembleias onde se realizaram eleições, bem como cadernos eleitorais, editais de eleição, protestos, declarações e outros documentos todos

¹ “Todas”. Existem actas e cadernos eleitorais em falta, ora por não se terem realizado eleições ora por estarem simplesmente perdidas como explico no capítulo a isso dedicado.

eles escritos à mão, em papel desgastado pelo tempo que torna ainda mais complicado este processo.

Devido provavelmente à dificuldade de agregar todos os resultados das eleições a nível de concelhos ou mesmo assembleias de voto, existe ainda muito trabalho a ser desenvolvido sobre estes actos eleitorais que antecederam a implementação da ditadura em Portugal. Como indica Pedro Tavares de Almeida (2010) existem vários dados que a comunidade científica simplesmente não possui para conseguir aprofundar o estudo das eleições e da situação política na primeira República Portuguesa. Os dados oficiais, excetuando para as eleições de 1915, são escassos, tendo que se recorrer a fontes secundárias como de resto foi também feito neste trabalho no que toca à filiação partidária dos parlamentares eleitos, por exemplo.

Qualquer trabalho que tenha como intenção o estudo sistemático do voto durante a primeira República, a dimensão estrutural do voto em Portugal ou mesmo a geografia eleitoral, necessita de analisar os dados desagregados das eleições. Como tal, esta dissertação pretende dar um contributo para esta área de investigação, recolhendo e analisando os dados de uma das eleições ocorridas entre 1910 e 1926, neste caso a eleição de 1922, por razões que serão apresentadas no subcapítulo sobre métodos e dados. Para além da recolha dos dados por assembleia de voto, que poderá ser no futuro utilizada pela comunidade científica, apresenta-se um mapeamento desses mesmos dados de forma a salientar os aspetos menos conhecidos deste processo eleitoral.

Vamos procurar perceber se o voto em Portugal na 1ª República nos pode dizer algo sobre as clivagens existentes na sociedade portuguesa do início do século XX? Qual era o enraizamento dos partidos e a sua penetração territorial? Se é possível identificar, através de dados sobre fixação eleitoral, raízes conservadoras ou progressistas na Primeira República? Com o objectivo de compreender melhor as características do voto em Portugal num período de clivagens políticas esquerda/direita que antecede a implementação da ditadura e principalmente, de fornecer uma base de dados que possa ser utilizada para estudos futuros. Nesse sentido, de oferecer um contributo ao estudo das componentes estruturais do futuro, esta dissertação desenvolve também uma classificação do posicionamento ideológico dos partidos que se apresentaram a votos e que difere nalguns aspectos das classificações existentes na literatura, tendo para isso sido necessário analisar os seus programas eleitorais e classificá-los no espectro esquerda/direita. Esse exercício foi desenvolvido tendo em conta a cultura histórica da época, tentando assim criar um ponto de partida para futuras pesquisas e estudos, fornecendo algo de útil à comunidade, esta dissertação não

pretende ser um fim em si mesmo, pretende isso sim, ser um ponto de partida importante para quem quiser estudar a primeira República em geral e o período das eleições de 1922 em particular.

2. ENQUADRAMENTO

Importa aqui esclarecer a definição de geografia eleitoral. A Geografia Eleitoral é um modelo de análise de padrões de voto, “Constitui uma área de análise que procura o estudo da relação entre condições diversas, de ordem geográfica, social, histórica, económica e religiosa, inerentes a cada região considerada e a direcção ideológica e partidária da mesma, tendo por base uma sustentação geográfica que se torna estruturante em termos analíticos” (Espírito Santo, 2006).”.

Segundo Agnew (1990, 1996), é a interacção entre o espaço, o lugar e os processos eleitorais. Pode ter quatro ramos principais: Os padrões de voto, as opções dos eleitores analisados através do mapeamento dessas opções; As influências geográficas, estratégias de campanhas eleitorais, o tipo de candidatos, os efeitos do contexto; A geografia da representação, foca-se no desenho de círculos eleitorais e as diferenças que mudanças a esse nível podem trazer a nível de resultados; A geografia dos partidos políticos, a relação entre a geografia da performance eleitoral e a geografia da organização e mobilização dos partidos políticos. (Agnew, 1990, p.87)

A conjugação de novos desenvolvimentos ao nível metodológico como a introdução dos Sistemas de Informação Geográfica permitem aos especialistas entrar em novos domínios no que respeita à análise de dados eleitorais. Estas novas perspectivas combinadas com metodologias analíticas-espaciais tradicionais, têm o potencial de acentuar o carácter explicativo multidisciplinar da Geografia Eleitoral, pode enquadrar-se de novo, como um elo importante entre a política e a geografia. (Warf e Leib, 2011).

Há autores que argumentam que este subcampo é cada vez menos relevante, devido à sua dificuldade de adaptação e resposta às alterações sociais do eleitorado resultante dos efeitos resultantes das transformações sociais, económicas, culturais e populacionais das décadas de 50 a 70. (Shelley et al. 1996).

A dependência da Geografia Eleitoral relativamente a uma abordagem agregada a nível geográfico para estudar o comportamento eleitoral, trouxe um segundo ramo de pesquisa eleitoral, que enfatiza o contexto social e a sua influência na decisão de voto de cada indivíduo (Shelley et al. 1996). Consequentemente, neste trabalho estudamos também a influência do contexto político nacional na altura das eleições e ainda o contexto histórico que influencia a decisão do voto.

3. METODOLOGIA E FONTES

3.1. PERGUNTA DE INVESTIGAÇÃO E ABORDAGEM

Temos o objectivo de compreender melhor as características do voto em Portugal num período de clivagens políticas esquerda/direita que antecede a implementação da ditadura e principalmente, de fornecer uma base de dados que possa ser utilizada para estudos futuros, elaborando ainda um mapa baseado nos dados obtidos. Vamos procurar perceber se o voto na 1ª República nos pode dizer algo sobre as clivagens existentes na sociedade portuguesa do início do século XX? Qual era o enraizamento dos partidos e a sua penetração territorial? Se é possível identificar, através de dados sobre fixação eleitoral, raízes conservadoras ou progressistas na Primeira República? E qual a ideologia dos principais partidos políticos da segunda metade da primeira república?

Para tal, utilizamos o método qualitativo e quantitativo. O primeiro baseado na leitura de livros, estudos e publicações, utilizado também para a classificação ideológica dos partidos que foi baseada na classificação do Professor Adelino Maltez e na origem das ideologias do Professor António de Sousa Lara. O segundo, com base na utilização dos dados adquiridos em arquivo para a construção de um mapa representativo dos mais votados por concelho e para retirar conclusões a nível de abstenção.

3.2. PORQUÊ AS ELEIÇÕES DE '22

A primeira problemática deste estudo foi efectivamente a escolha da eleição a estudar, não por falta de opções, exactamente pelo contrário. Fiz então uma limitação inicial, teria de ser uma eleição posterior à revolução bolchevique de 1917 para caso os houvesse, abranger os seus possíveis efeitos no país o que ao mesmo tempo daria algum tempo de fixação da República, dos seus partidos e instituições. A revolução bolchevique acaba por mostrar alguns dos seus efeitos no país no âmbito político com a criação de partidos como a Federação Maximalista Portuguesa que cerca de um ano depois se transforma no Partido Comunista Português ambos com linhas ideológicas marcadamente marxistas como, de resto, apresentava também o Partido Socialista Português.

Reduzida a lista para 5 eleições, retira-se então 1918 por não ter sido uma eleição democrática e também 1921 pois foi a única eleição de todo o período da primeira república que não foi ganha pelo Partido Republicano Português, não faria assim sentido estudar uma eleição que para todos os efeitos teve um resultado atípico. Das três restantes eleições qualquer uma se encaixaria nestes requisitos, optei então pela eleição de 1922 por ter sido a eleição que resultou no

maior período sem eleições, dando uma aparente estabilidade resultante desta eleição que conta com o maior período seguido de um governo. O governo liderado por António Maria da Silva dura 646 dias. Finalmente, esta eleição é também o regresso à “normalidade”, o regresso à liderança do Partido Democrático depois de ter perdido as eleições de 1921 para o Partido Liberal Republicano de António Granjo.

4. BASE DE DADOS

A recolha de dados foi realizada na íntegra no arquivo histórico parlamentar da Assembleia da República que detém todos os registos oficiais existentes sobre este acto eleitoral. Estes dados foram retirados das actas e cadernos eleitorais dos vários círculos eleitorais que se encontram separados por caixas na secção IX deste arquivo. Todas estas actas foram escritas à mão, compreensivelmente o papel envelhece tornando-se frágil e desgastado dificultando a leitura que era ainda agravada pelo natural evoluir da língua e própria forma de escrita o que fez com que todo este processo se tornasse num verdadeiro desafio que se arrastou por alguns meses, esta dificuldade pode eventualmente repercutir-se em pequenas discrepâncias entre os números presentes nas actas e os números presentes na minha base de dados. Todas as discrepâncias foram duplamente verificadas podendo ser erro meu, uma má leitura de uma escrita desgastada pelo tempo ou um erro quase centenário realizado pelos presidentes das assembleias de voto em 1922. Durante a recolha de dados fiz ainda a escolha de não contabilizar os “candidatos” com menos de 10 votos, eram mais que aquilo que se poderia pensar, como eram elegíveis quase todos os eleitores recenseados era bastante comum pessoas votadas apenas uma ou duas vezes numa freguesia. Não foram contabilizados também todos os votos em Afonso Costa, António Maria da Silva, António Granjo, Cunha Leal, Gomes da Costa, Tamagnini Barbosa e outras tantas personalidades da época que devido às listas serem abertas iam sendo votados um punhado de vezes um pouco por todo o país. O arquivo não está, no entanto, completo. Existem três círculos eleitorais sem quaisquer dados, os círculos 8, 16 e 30 respectivamente, Moncorvo, Lamego e Vila Franca de Xira. O círculo de Lamego possui apenas o que parece ser uma acta de uma assembleia de voto que se encontra praticamente destruída pelo que aparentam ser danos causados por água ou humidade. Existem ainda vários círculos eleitorais com dados incompletos ou em falta cujo resumo farei abaixo. As falhas vão desde erros no preenchimento das actas, cadernos eleitorais em falta ou mesmo actas de eleição em falta que, de resto, é a falha mais grave pois impossibilita a recolha de resultados por assembleia, havendo no mapa alguns espaços em branco.

5. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

5.1. A LEGISLAÇÃO ELEITORAL

Para iniciar este estudo, antes de analisar o sistema político é importante analisar o sistema legislativo sobre o qual esse sistema político é construído. Os sistemas eleitorais são estruturas complexas, compostas por diferentes elementos técnicos que compreendem aspectos fundamentais como a distribuição dos círculos eleitorais, as formas de candidatura e de votação, bem como a conversão dos votos em mandatos. Todos estes aspectos influenciam o comportamento dos votantes em cada acto eleitoral. (Nohlen,2007) Podemos ver na tabela abaixo, elaborada pelo Professor Pedro Tavares de Almeida, a evolução da legislação eleitoral ao longo da Primeira República.

Legislação	Tipo de sufrágio	Direito de voto	Elegíveis como deputados ^a	Nº de deputados ^b	Nº e tipo de círculos ^b	Regime de escrutínio ^b	Observações
Decretos-Leis 5 e 20 de Abril , 11 ,12 e 13 de Maio de 1911	Directo e secreto ⁽¹⁾	Cidadãos maiores de 21 anos que saibam ler e escrever ou sejam chefes de família ⁽²⁾	Todos os eleitores que saibam ler e escrever	220	51 plurinominais	Voto limitado ⁽³⁾ em 48 círculos + Representação proporcional (método de Hondt) nos dois círculos de Lisboa e no do Porto	⁽¹⁾ Os boletins de voto devem ser idênticos na qualidade do papel, formato e dimensões. ⁽²⁾ Nas categorias excluídas do direito de voto deixam de figurar os <i>praças de pré</i> do Exército e da Armada. ⁽³⁾ Também designado " <i>voto de lista incompleta</i> ": cada eleitor vota num número de nomes inferior ao dos deputados a eleger no respectivo círculo.
Lei 3 de Julho de 1913 ⁽¹⁾	Directo e secreto	Cidadãos do sexo masculino ⁽²⁾ maiores de 21 anos que saibam ler e escrever ⁽³⁾	Sem alteração	Sem alteração	Sem alteração	Sem alteração	⁽¹⁾ Em virtude da criação de um Senado electivo na Constituição de 21 de Agosto de 1911, esta lei regula simultaneamente as eleições para deputados e senadores. O mesmo sucede com a legislação subsequente. ⁽²⁾ Especifica pela primeira vez o sexo dos "cidadãos", eliminando assim uma ambiguidade formal que podia legitimar eventuais tentativas de exercício do voto pelas sufragistas, como sucedera nas eleições de 1911. ⁽³⁾ A lista dos que não podem votar amplia-se, com a inclusão dos condenados por crime de conspiração contra a República e dos militares e membros dos corpos de polícia em serviço activo.
Legislação	Tipo de sufrágio	Direito de voto	Elegíveis como deputados ^a	Nº de deputados ^b	Nº e tipo de círculos ^b	Regime de escrutínio ^b	Observações
Lei 1 de Junho de 1915	Directo e secreto	Sem alteração ⁽¹⁾	Sem alteração	152	42 plurinominais + 1 uninominal (Horta)	Voto limitado nos círculos plurinominais + Maioritário a uma volta nos círculos de Angra do Heroísmo (binominal) e da Horta.	⁽¹⁾ É restituído o direito de voto aos militares no activo.
Decreto 11 de Março de 1918 Decreto 30 de Março de 1918 ⁽¹⁾	Directo e secreto	Sufrágio universal masculino (maiores de 21 anos)	Sem alteração	144	41 plurinominais + 2 uninominais (Angra do Heroísmo e Horta)	Sem alteração	⁽¹⁾ Altera a composição e o modo de eleição do Senado, e determina a eleição por sufrágio directo do P.R. Inovações estas que não sobreviveram ao fim do consulado sidonista.
Decreto 1 de Março de 1919 Decreto 11 de Abril de 1919	Directo e secreto	Cidadãos do sexo masculino maiores de 21 anos que saibam ler e escrever	Sem alteração	152	42 plurinominais + 1 uninominal (Horta)	Sem alteração	

Fonte: Pedro Tavares de Almeida, org. e introd. - *Legislação Eleitoral Portuguesa, 1820-1926*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998, p. 729-731.

^a Não se mencionam aqui as condições específicas que determinam as inelegibilidades absolutas e relativas.
^b Em Portugal Continental e Insular.

Figura 1

O aspecto mais importante a focar é a legislação em vigor à data da eleição estudada neste trabalho. Como podemos verificar, nas eleições de 1922 vigorava o Decreto Nº5184, de 1 de Março de 1919 e o Decreto Nº5376, de 11 de Abril de 1919. Ambos estes decretos fazem a legislação eleitoral regressar ao período anterior à ditadura de Sidónio Pais.

Como consta no artigo 3º do Decreto Nº5376, de 11 de Abril de 1919: “Os actos eleitorais a que se referem os artigos 1.º e 2.º, realizar-se hão nos termos da lei nº3, de 3 de Julho de 1913, na parte não revogada pela lei n.º314, de 1 de Junho de 1915, salvas as alterações dos decretos n.º5:184, de 1 de Março de 1919, n.º 5:234, de 12 de Março de 1919, que não forem revogadas pelo presente decreto com fôrça de lei.” (Decreto n.º 75/1919. D.G. Série 1. 5376, 1919-04-11, *apud* Almeida, 1998, p. 711)

O sufrágio era directo e secreto, admitiam-se ao voto os cidadãos do sexo masculino maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever, sendo estes também elegíveis como deputados, que se faziam eleger em 42 círculos plurinominais e 1 uninominal (Horta). O regime de escrutínio era voto limitado nos círculos plurinominais e maioritário a uma volta nos círculos de Angra do Heroísmo (binominal) e da Horta. Foram eleitos 152 deputados no continente, fazendo um total de 163 deputados com as restantes regiões. Estes decretos adoptavam um regime eleitoral misto de lista incompleta, foram criados 27 círculos de três deputados, 11 círculos de quatro deputados, 1 de 2 deputados em Angra do Heroísmo e 1 de 1 deputado na Horta. Lisboa ficou dividida em dois círculos eleitorais que elegiam 8 deputados cada um e o Porto elegia também 8 deputados. Neste sistema de lista incompleta eram votados dois nomes para um conjunto de três deputados a eleger, três nomes para quatro deputados e seis nomes para oito deputados o que garantia a representação de minorias em todos os círculos excepto os de 1 e 2 deputados.

Com a queda do regime sidonista, o governo provisório de duração e programa limitado não podia, ou não entendia que pudesse nem tivesse legitimidade para elaborar uma nova lei eleitoral, pertencendo essa competência a uma futura câmara eleita.

Teve, pois, que adoptar as leis votadas por congressos republicanos e, como recenseamento base o último a que, por virtude delas, se procedeu com as modificações correspondentes às necessidades da ocasião. Isto não quer dizer que o Governo preconize, como único fundamento do direito ao voto, o estabelecido nas leis de 3 de Julho de 1913 e de 1 de Junho de 1915. Entende até que, de harmonia com os princípios republicanos e aspirações das classes trabalhadoras, a capacidade eleitoral deve ser alargada em termos de poderem exercer o direito do voto todos os cidadãos que, sendo valores efetivos dentro da Nação, tenha

a consciência das responsabilidades que o seu exercício lhes impõe. (Decreto n.º 42/1919. D.G. Série 1. 5184, 1919-03-01, *apud* Almeida, 1998, p. 706)

De notar sobre a legislação eleitoral de 1913 e consequentes alterações a esta lei eleitoral em 1915. Especificam, as leis, pela primeira vez o sexo dos “cidadãos”, definindo como eleitores os cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores de 21 anos, que saibam ler e escrever português e residam no território da república portuguesa, eliminando assim uma ambiguidade formal que podia legitimar tentativas de voto pelas sufragistas como aconteceu nas eleições de 1911 com o famoso voto de Carolina Beatriz Ângelo, que ficando viúva em 1910 se tornou efectivamente chefe de família por cuidar da sua filha, tendo sido por isso, através de uma sentença de tribunal, incluída nas listas de eleitores para o 2º bairro de Lisboa.

Devido à divisão do Partido Republicano Português em 3 partidos principais, o Democrático, o Evolucionista e o Unionista como veremos mais à frente, a legislação eleitoral também sofreu alterações para conter os danos da fragmentação republicana, o perigo monárquico e reaccionário volta a ser uma realidade com estas divisões. O interior continuava a ser maioritariamente analfabeto e católico o que para os detentores do poder, os Democráticos, era percebido como uma ameaça, visto que a lei de 1911 por não incluir a limitação de saber ler e escrever dava a capacidade de votar a grandes massas de analfabetos que seriam mais fáceis de convencer pelos caciques monárquicos, conservadores e católicos. Dizia Afonso Costa no Parlamento a 12 de Junho de 1913 “Se quiserem fazer eleições com analfabetos, façam-nas os senhores, porque eu quero fazê-las com votos conscientes.” (Costa e Marques, 1976, p. 533).

Este tipo de situações e um certo receio da parte dos Democráticos em perder o poder, impediu-os de levar a cabo uma das suas bandeiras programáticas, o sufrágio universal.

A lei de 1915 devolve o direito de voto aos militares no activo mas mantém as restrições ao voto aos condenados por crimes contra a república, falidos, condenados como vadios ou estrangeiros naturalizados há menos de dois anos. Assim sendo esta legislação abrangia em 1922 cerca de 550 mil eleitores que representavam apenas 9.5% da população total e 37.3% de toda a população masculina.

5.2.O PAÍS E O SISTEMA POLÍTICO

A contextualização histórica de um país, de um sistema político e de uma época histórica não pode estar simplesmente restrita a essa mesma época. A história da Primeira República Portuguesa começa bastante antes da sua proclamação a 5 de Outubro de 1910. Em Ciência Política o contexto é essencial, como tal para conseguir interpretar o sistema político e o contexto em redor das eleições de 1922 é preciso recuar um pouco no tempo, o momento concreto até onde se deve recuar é complexo de identificar e é a explicação para a nota introdutória a este capítulo.

Certamente não faz sentido recuar à assinatura do tratado de Zamora mas talvez fizesse sentido recuar até às descobertas, uma vez que Portugal foi o país que iniciou a época das descobertas e o facto de possuir territórios ultramarinos teve influência em todo o contexto da Primeira República, principalmente com os acontecimentos ligados ao mapa cor de rosa e o Ultimato Inglês que fez aumentar a contestação à monarquia e modificou até certo ponto a ideologia política dos Portugueses que se sentiram humilhados com o desfecho deste episódio fazendo reviver o seu interesse pelas colónias como veremos mais à frente no capítulo dedicado à Ideologia Partidária. Portugal é um país bastante homogéneo não existindo na sua história clivagens étnicas, linguísticas, culturais ou religiosas. As mudanças de regime no país, várias ao longo dos anos, foram tendencialmente violentas e com o papel principal a pertencer às forças militares. (Almeida, 2010, pp. 1525-1577)

Apesar de apenas a partir de 1975 se terem realizado eleições parlamentares de facto livres e democráticas em que a maioria da população podia participar, a tradição parlamentar em Portugal é bastante mais antiga, tendo a sua origem na revolução de 1820. Com duas guerras civis pelo caminho, golpes e revoltas não ficaram em falta, tempos turbulentos marcaram então os primeiros tempos dos governos parlamentares em Portugal que fica marcado por uma grande instabilidade. Desde a reforma constitucional de 1851 e a Revolução Republicana de 1910 realizaram-se em Portugal 33 eleições parlamentares, iniciando um padrão de instabilidade política que foi depois continuado durante os 16 anos em que perdurou a Primeira República. Tal como as eleições durante a monarquia, as eleições durante o período republicano foram bastante marcadas pela influência de caciquismo e do clientelismo. Sendo esta uma das razões para o Partido Republicano Português, fundado durante a monarquia, ter colocado como uma das suas bandeiras o sufrágio universal masculino. No entanto, depois da revolução de 1910 não o chegou a implementar por uma razão ironicamente semelhante às justificações dadas pelos monárquicos para restringir o

voto, enquanto estes últimos limitavam o voto por medo do crescente apoio pelo republicanismo, os republicanos faziam-no pelo medo da ameaça monárquica.

Depois do Ultimato Britânico cresce em Portugal um sentimento de revolta e humilhação na população que culpam a incapacidade e cobardia da coroa de fazer frente à afronta britânica, motiva até, na peça “Pátria” de Guerra Junqueiro, um dos maiores propagandistas antimonárquicos, a passagem seguinte, demonstrando de uma forma bastante expressiva a revolta sentida pelos portugueses em relação a esse episódio.

«Eu, rei de Portugal, subdito inglez, declaro
«Que á nobre imperatriz das Indias e ao preclaro
«Lord Salisbury entrego os restos d’uma herança
«Que d’um povo ficou á casa de Bragança,
«Dando-me, em volta, a mim e ao princepe da Beira
«A deshonra, a abjeção, o trono... e a Jarreteira.» (Guerra Junqueiro, 1896, p. 36)

A propaganda Republicana intensifica-se e culmina, no Norte, no Porto, na revolta do 31 de Janeiro de 1891, a primeira das grandes revoltas republicanas que acabariam por pôr fim à Monarquia 19 anos mais tarde. Como conta Bazílio Telles logo em 1905, esta revolta não conta com o apoio das mais altas patentes da sociedade republicana, do exército, nem sequer do Partido Republicano, mas conta com a ajuda inúmeros civis e baixas patentes do exército, seria no entanto prontamente controlada pelas forças monárquicas. (Telles, 1905)

“Eu, meu senhor – dizia no tribunal um dos soldados implicados na revolta de 31 de Janeiro – não sei o que é a República, mas não pode deixar de ser uma coisa santa. Nunca na igreja senti um calafrio assim.” (Marques, 1978, p. 544) Esta frase recai perfeitamente dentro daquilo a que Oliveira Marques chama de “Mística Republicana”, o historiador diz-nos que antes da Revolução e mesmo depois dela muitos dos republicanos jamais teriam lido o programa ou os manifestos dos seus partidos. Ser republicano por volta de 1900 ou 1910, queria dizer ser contra a monarquia, contra a igreja e os jesuítas, contra a corrupção política e os partidos monárquicos. “Mas a favor de quê?” (Marques, 1978, p. 544)

A contestação ao regime Monárquico continua depois da revolta do 31 de Janeiro, levando ao Regicídio em 1908 e culminando na Revolução do 5 de Outubro de 1910. A intensificação da propaganda em favor da República foi potenciada por diversos erros e da administração monárquica rodeada de escândalos de corrupção. (Ferrão, 1976, p. 12) Por esta altura as grandes

figuras do PRP contavam com o seu próprio órgão de propaganda, Afonso Costa com *O Mundo*, Manuel de Brito Camacho com *A Lucta* e António José de Almeida com a *Alma Nacional* e depois com o *República*. Apresentavam uma falsa unidade em torno da oposição à Monarquia, mas nutriam várias divergências entre as várias facções. (Leal, 2011, p. 4)

Durante todo o dia 4 e 5 de Outubro, grupos de civis armados juntaram-se ao processo revolucionário e prestaram auxílio, auxílio este, considerado por vários autores como essencial para o sucesso da revolta, estando ao lado do comissário naval Machado Santos na Rotunda, hoje conhecida como rotunda do Marquês de Pombal, colaboraram com Tito de Morais, oficial da marinha, quando tomou controlo do cruzador “S. Rafael” e com Carlos da Maia, também oficial da marinha quando este tomou de assalto o cruzador “D. Carlos”, dando a todo o processo uma maior legitimidade. Tanto Machado Santos como Carlos da Maia, líderes como que por um acaso da revolução de 1910, seriam assassinados no Arsenal da Marinha durante os acontecimentos da “Noite Sangrenta” a 19 de Outubro de 1921.

Da revolução emerge claramente o Partido Republicano Português também conhecido depois de 1911 como Partido Democrático, que liderou a Revolução de 1910 e tornou-se no partido dominante da I República Portuguesa. Não era, no entanto, um partido coeso, os mais variados interesses e convicções políticas e ideológicas figuravam nas suas fileiras.

A preponderância do Partido Republicano Português durante a 1ª república, logo desde as primeiras eleições onde elegeram 229 dos 234 deputados ao Parlamento, fez com que o regime e o partido se confundissem, dado o imenso controlo do aparelho de estado por parte do PRP e a consequente dificuldade das forças da oposição em aceder aos órgãos do poder. Neste contexto há uma crise de representatividade e de participação política que leva à instabilidade já amplamente conhecida da 1ª república com os seus numerosos governos.

A partir das cisões de dentro do PRP surgiram a maioria dos restantes partidos que figuravam na Primeira República Portuguesa. “Apenas à direita o Partido Monárquico, o Centro Católico Português e a União dos Interesses Económicos e à esquerda o Partido Socialista e o Partido Comunista Português tiveram uma origem diferente. Este facto marcou o regime republicano dado o desejo inquebrável dos dirigentes do PRP de liderarem um movimento frentista no governo e no Parlamento que reunisse toda a família republicana desavinda.” (Baioa, 2014, p. 2)

O domínio do sistema político pelo Partido Republicano Português pode ter várias explicações desde históricas, organizativas, constitucionais, clientelares ou mesmo violentas. Mesmo antes da revolução de 5 de Outubro de 1910 o PRP já se encontrava bastante implantado no país e foi o principal responsável por difundir a ideologia republicana desde o tempo monárquico. “Em números totais, dispunha na Metrópole de 12 comissões distritais, 152 comissões municipais, 385 comissões paroquiais e 159 associações, centros e escolas. (...) Em relação ao total do país, aqueles números davam-lhe organização em 57% dos distritos e 52% dos concelhos do Continente e Ilhas, embora só em 10% das freguesias do mesmo território.” (Marques, 1978, p. 581) Todo este trabalho e implantação do partido deixa marcas na população que começa a moldar o seu pensamento político para o apoio da República através do PRP que cria assim a sua base de apoio inicial e demonstra que o ideal republicano estaria suficientemente difundido ao nível das capitais de distrito e concelhos para que a República fosse possível.

Depois da proclamação da República, como seria de esperar, houve uma grande difusão do PRP por todo o país. Esta expansão foi potenciada pela adesão de alguns dirigentes dos extintos partidos monárquicos que trouxeram consigo as estruturas e clientelas destes partidos monárquicos que controlavam grande parte do mundo rural. “Não temos ainda estudos de como e com que amplitude se processou esta transferência. Todavia, a análise dos números de comissões distritais, municipais e paroquiais do PRP existentes em fins de 1911 revela-o sem sofismas. Seria difícil, em tão curto espaço de tempo, conseguir uma republicanização tão intensa.” (Marques, 1978, p. 584) Toda esta extensa rede organizativa e de propaganda, visto que detinham ainda inúmeros jornais, dá ao PRP uma capacidade de controlo do poder central e do poder local que os restantes partidos simplesmente não tinham capacidade de atingir.

Este domínio do PRP era ainda reforçado por práticas violentas contra os seus adversários. “A tradição revolucionária, jacobina e violenta que o partido trouxe da Monarquia prolongou-se no regime republicano, desta vez já não só contra os monárquicos, mas também contra os seus antigos irmãos republicanos. Agredir um líder do Partido Republicano Evolucionista, incendiar ou destruir a sede de um partido ou jornal monárquico ou católico tornou-se uma prática corrente que as autoridades policiais e judiciais deixavam passar impunemente.” (Baioa, 2014, p. 3)

Em termo de comparação, o Partido Republicano Evolucionista de António José de Almeida foi o partido com maior implantação no território nacional além do PRP, no entanto, esta implementação era muito inferior. Nunca lhes foi possível ter juntas distritais em todos os distritos,

mesmo no auge da sua popularidade cobria senão um terço do território nacional. Para além do domínio democrático as fragilidades político-ideológicas e organizativas dos partidos na oposição também não os ajudavam necessariamente a resgatar o poder aos democráticos. Como ilustra a figura abaixo, à esquerda o PRP em 1910, antes de 5 de Outubro, concelhos onde existiam Comissões Municipais. À direita, o PRE em 1915, concelhos onde existiam Juntas Municipais. (Marques, 1978, p. 583 e p. 588).

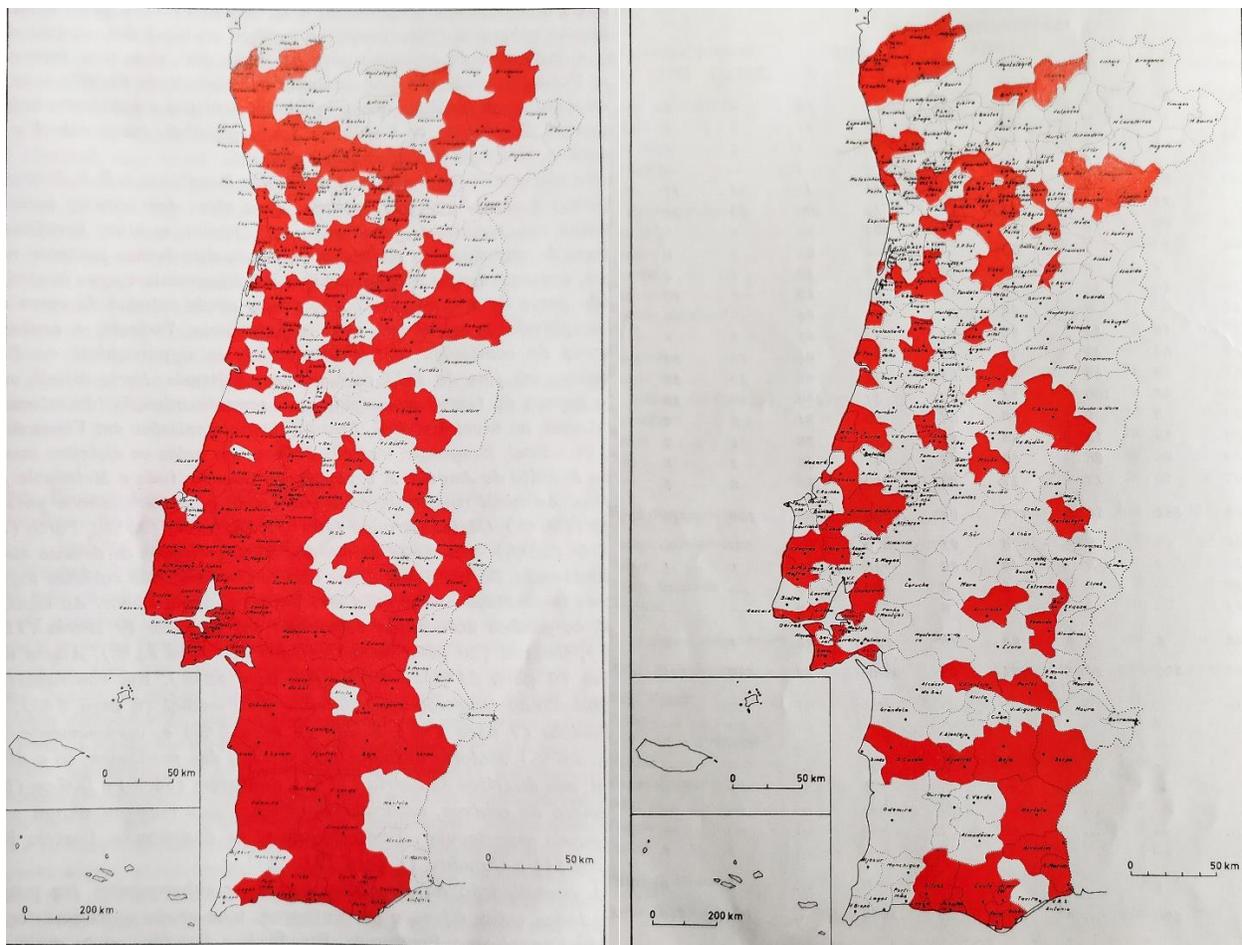


Figura 2 – Difusão territorial do PRP e PRE

Do PRP surgem então, num primeiro momento, o Partido Republicano Evolucionista, de direita, liderado por António José de Almeida e a União Republicana, de centro, liderada por Brito Camacho, ambos ditos conservadores. (Marques, 1978, p. 551 a p.558) Esta fragmentação não foi necessariamente positiva para estes novos partidos, os fracos resultados eleitorais, nunca tendo conseguido alcançar o poder levam-nos a criar em 1919 o Partido Republicano Liberal como uma união dos partidos das direitas republicanas opositoras aos democráticos. Apesar disso, a condição de partido dominante dos democráticos não conseguiu evitar a realização de acordos de

governação parlamentar devido às constantes cisões, mudanças de posição e instabilidade das fileiras dos vários partidos. Entre 1911 e 1917 a política portuguesa oscilou entre as lideranças destes três homens nos vários governos que neste período foram formados, Raul Brandão descreve-os da seguinte maneira: “O Afonso Costa desperta paixões e manda, o António José arrasta multidões com frases. O Brito Camacho, até quando tem razão, é detestado – talvez mais detestado do que quando a não tem.” (Brandão, s.d., p. 41, *apud* Leal, 2011, p. 8) Marcelo Rebelo de Sousa classifica este sistema de multipartidarismo imperfeito de partido dominante. (Sousa, 1983, p. 167)

Num contexto de constante instabilidade no sistema político com governos a cair sistematicamente, traições políticas e com situações económicas frágeis, em 1918 sobe ao poder Sidónio Pais que instaura uma ditadura (de duração curta pois seria assassinado) presidencialista. A ideia política presidencialista e sidonista não se esgota por aqui, posteriormente aparecem vários partidos e jornais de propaganda de ideologia presidencialista ou autoritária. (Leal, 2011, p. 20)

No rescaldo do fim do Sidonismo, surge o Partido Republicano Liberal que junta evolucionistas e unionistas com o objetivo de criar um grande bloco conservador republicano que pudesse ser realmente alternativa aos democráticos. Em 1920 o PRP sofre outra cisão importante, liderada por Álvaro de Castro que funda o grupo parlamentar de reconstituição nacional, posteriormente o Partido Republicano de Reconstituição Nacional que concorre às eleições de 1922. O parlamento, continuava instável, entre 15 de Janeiro de 1920 e 2 de Março de 1921 são nomeados 10 governos distintos com diversas com várias coligações partidárias diferentes. (Baioa, 2014, p. 6) Neste contexto o então Presidente da República, António José de Almeida, nomeia um governo liberal e dissolve o parlamento convocando eleições, que seriam ganhas pelo partido liberal, que pela primeira vez e por conseguir organizar o processo eleitoral, consegue bater o PRP nas urnas, mas sem maioria parlamentar.

5.2.1. AS FINANÇAS

Fora da esfera estrita do combate político, uma das questões principais que esteve presente durante todo o período da primeira República foi a questão das finanças públicas. O equilíbrio orçamental, o montante da dívida pública e a desvalorização da moeda estiveram na base das discussões mais acesas que ocuparam republicanos e monárquicos durante o fim da monarquia constitucional e os 16 anos da República.

Desde os começos do século XIX que fora impossível equilibrar as contas publicas, com o deficit em constante aumento à medida que o País se ia desenvolvendo e expandindo economicamente. Os próprios orçamentos se apresentavam desequilibrados, com raríssimas excepções. Um dos principais objectivos do Partido Republicano e um dos seus grandes argumentos no ataque às instituições monárquicas estava, exactamente, no equilíbrio orçamental. (Marques, 1978, p. 463)

Depois da implantação da República houve uma tentativa de equilibrar as contas públicas, mas tal não se revelou tarefa fácil. “O novo regime não desejava aumentar o montante das contribuições, antes as queria reduzir.” (Marques, 1978, p. 463) No entanto foi posto em prática um conjunto de reformas que requeriam uma considerável despesa, aliada ao custo da manutenção da ordem pública, um dos mais graves problemas da 1ª república que obrigava a grandes custos impossíveis de reduzir. No entanto os orçamentos do estado registaram reduções consecutivas por vários motivos desde a baixa subida de impostos, enquanto que noutros países aumentavam entre 200% e 500% em Portugal tiveram um aumento de cerca de 70% ao mesmo tempo que assistíamos a uma gradual desvalorização do escudo. As contas públicas são também por vezes pouco confiáveis por questões de natureza política. No orçamento de 1921-1922, escrevia o ministro Cunha Leal: “As receitas públicas não atingem os quantitativos que seria razoável exigir em face dos aumentos de encargos que, na sua maior parte são provenientes da desvalorização da nossa moeda.” (1921)

5.2.2. A NOITE SANGRENTO DE 19 DE OUTUBRO DE 1921

Os acontecimentos de 19 de Outubro de 1921 são centrais no entendimento do estado do país aquando das eleições de 1922 e segundo autores como Oliveira Marques ou José Brandão os acontecimentos deste dia serviram de catalisador para o que viria a acontecer a 26 de Maio, 5 anos mais tarde. É uma das histórias por contar da nossa República pois nunca de facto se descobriu quem seriam os cúmplices de Abel Olímpio o líder dos crimes que aconteceriam nessa noite. (Brandão, 1991)

António Granjo chefiava o governo depois do seu Partido Liberal ter ganho as eleições desse ano e António José de Almeida era o presidente da República, ambos adversários de Afonso Costa, sendo a primeira vez que o Partido Democrático se encontrava afastado do poder desde o início da República. O dia começa com mais uma revolução, desta vez comandada pelo Coronel Manuel Maria Coelho que tinha tido um importante papel na revolta do 31 de Janeiro no Porto com o apoio de oficiais da GNR, que era na altura uma força militarizada com cerca de 14 mil

homens que rivalizava com o exército, e apoiado ainda por oficiais da marinha. António Granjo, sem apoios demite-se, e poderia ter ficado por aqui o processo revolucionário. No entanto, no meio da confusão da revolta, numa anarquia instalada na capital sai do arsenal da marinha uma camionete, conhecida depois como “Camionete Fantasma” ao comando do marinheiro Abel Olímpio que teria uma lista de nomes a abater, um a um foi-lhes batendo à porta. (Maia, 1928)

O primeiro alvo foi o presidente do ministério demissionário, António Granjo que se encontrava refugiado na casa de Cunha Leal, seu opositor político. Foram ambos levados para o arsenal da Marinha onde António Granjo é assassinado. Foram também assassinados José Carlos da Maia e Machado dos Santos, dois republicanos fundadores do regime saído da revolução de 1910, este último assassinado numa esquina no Intendente depois da camionete ter avariado. E ainda, o comandante Freitas da Silva, secretário do ministro da Marinha, o coronel Botelho de Vasconcelos e o motorista Carlos Gentil que criticava os assassinatos dessa noite. É também ferido a tiro o deputado Cunha Leal, opositor parlamentar de António Granjo que o tentava proteger dos revoltosos no Arsenal da Marinha e que depois de ferido enfrenta as armas gritando: “Matem-me, matem-me que matam um bom republicano!”. Cunha Leal fundaria depois o grupo dos Governamentais, ou “Lealistas” que concorrem às eleições de 1922, motivados por estes acontecimentos. À excepção de António Granjo todos os outros alvos tinham sido sidonistas.

A revista Ilustração Portuguesa começa o seu número de 29 de Outubro de 1921 com da seguinte forma: “O numero de hoje da «Ilustração Portuguesa», é um numero revolucionário, um numero que não teve tempo de se arranjar, de se vestir, um numero sem côr, um numero sem “rouge”, um numero alvoraçado que atira fotografias, como argumentos, que esquece o «baton», que esquece a frivolidade, que se esquece de ser «magazine», para chorar, para chorar bem alto, sem receio de que venham proibir-lhe as lagrimas, a morte desses três portugueses de lei, esses três homens que cometeram o nefando crime de pôr as suas vidas ao serviço da Pátria. Todos eles morreram pobres, morreram abandonados, abandonados do seu próprio ideal, esse ideal que, pelo seu esforço heroico, chegou a ser uma realidade em Cinco de Outubro, mas que, pouco a pouco, se afastou, se diluiu, maltratado pelos homens, apagando-se, apagando-se cada vez mais, até desaparecer completamente na noite de 19 de Outubro, a noite mais trágica da Republica, a noite em que este povo começou a desconfiar de si próprio, a noite em que a duvida surgiu, a noite em que cada um de nós levou a mão ao peito a ver se o coração ainda lá estava ...” e termina a sua

pequena homenagem às vítimas com um aviso: “Os assassinos de António Granjo, Machado Santos e Carlos da Maia, podem vir a parecer-se, singularmente, com os assassinos de Portugal...”

“Ficou demonstrada a fragilidade das instituições republicanas e provou-se que a República era apenas um regime democrático na aparência, dado que nem admitia a alternância de partidos no poder, habitual nos regimes elitistas do século XIX.” (Baioa, 2014, p. 6)

Estes acontecimentos vão levar a que António Maria da Silva depois das eleições de 1922 retire força à GNR tentando desarticular o poder dos revolucionários civis lisboetas ligados à Guarda, numa tentativa de reposicionar o monopólio da violência no aparelho do Estado, através do exército. (Leal, 2011, p. 12)

5. OS PARTIDOS – ANÁLISE DOS MANIFESTOS E IDEOLOGIAS

5.1 A IDEOLOGIA DE BASE – REPUBLICANISMO

Para analisar as estruturas ideológicas dos Partidos da primeira república temos que primeiro analisar a sua ideologia de base, o republicanismo. Como vamos ver, a maioria dos Partidos com alguma relevância basearam os seus manifestos e programas no programa do Partido Republicano Português, que ficou conhecido como Partido Democrático em 1911 depois da cisão com os Almeidistas que formam o Partido Republicano Evolucionista e os Camachistas que formam o partido União Republicana (Unionistas). Estes e a grande maioria dos partidos que se formam posteriormente têm a sua base nos programas do PRP, sendo assim necessário analisar a ideologia de base que motiva este mesmo partido. De notar a importância dos fundadores quando os membros dos seus partidos são apelidados pelo apelido do fundador do partido, levando ao entendimento de que “a fragmentação partidária se deu principalmente nos partidos do centro político e não derivou normalmente de grandes divergências ideológicas, mas de diferenças pessoais entre os líderes.” (Baioa, 2014)

A ideologia republicana começa a difundir-se em Portugal a partir da formação da monarquia liberal em 1820. As revoluções europeias de 1848 também tiveram o seu reflexo em Portugal levando ao aparecimento dos primeiros manifestos e declarações de apoio à república por parte de homens como Costa Cabral, Henriques Nogueira ou Alexandre Herculano com substâncias socialistas baseados em Fourier e Louis Blanc, dois grandes teóricos socialistas, e posteriormente em Tocqueville. (Marques, 1978, p. 535) Fourier defendia princípios como a estruturação da organização macrossocial segundo o princípio federativo e o princípio comunitário de propriedade, trabalho e vida (Sousa Lara, 2013, p. 522), de resto presentes no programa republicano acentuado o associativismo voluntário e referindo uma federação dos povos Ibéricos. Louis Blanc que fica conhecido devido à sua oposição à “Monarquia de Julho”, defendia o igualitarismo e redistribuição e progressividade de impostos, tem também a sua influência nos republicanos portugueses. (Sousa Lara, 2013, p. 523)

Esta primeira vaga do republicanismo em Portugal não levou a grandes movimentos nem alterações, Portugal estava estável e observava-se uma grande expansão económica que ficou conhecida como o período do Fontismo que recebeu o seu nome devido ao, na altura, ministro das Finanças António Maria de Fontes Pereira de Melo. “A prosperidade burguesa não favorecia reacções generalizadas contra um regime moderado, tolerante e acolhedor de quaisquer correntes.

Para mais, tanto D. Pedro V (1853-1861) como D. Luís (1861-1889) foram monarcas populares, não suscitando animosidades.” (Marques, 1978, p.534) É claramente mais fácil retirar ganhos políticos a partir de situações negativas algo que não se verificou neste período.

O segundo grande impulso Republicano vem com a geração de 1865-70, que encontra um representante à altura na pessoa de Teófilo Braga que escreve dezenas de livros e artigos difundindo a ideologia republicana. Esta ideologia de base conteria vários elementos socialistas que foram postos de parte na república, Teófilo Braga hierarquizou o ideário republicano na sua importância pragmática imediata. “Viu corretamente a utopia que era o conteúdo socialista republicano num país como Portugal, onde os operários representavam uma minoria insignificante. (...) Parecia mais realista, a fim de atrair a classe média, a pequena e a média burguesia, relegar para segundo plano os princípios socialistas e insistir nos princípios democráticos de tipo político.” (Marques, 1978, p. 537)

Era também para Teófilo Braga de grande importância a luta política imediata. “Achamos um erro grande em abandonar a questão política pela questão social, erro que já deu em resultado a inação de talentos que deviam exercer um impulso dirigente, e a indiferença das classes operárias por tudo o que não seja o conflito de salário.” (Braga, 1880, p. 178)

Uma novidade no ideário de Teófilo Braga, e algo que vemos também noutros partidos já durante segunda república é o anti-clericalismo, que considera a organização religiosa e o clericalismo, para além de desnecessário e ultrapassado pelos avanços científicos do séc. XIX, inevitavelmente reaccionário por se opor à ciência e, portanto, ao progresso dos povos, esta ideia volta a estar presente em vários autores socialistas como o já acima mencionado, Fourier. (Sousa Lara, 2013, p. 522)

Focava-se ainda principalmente no federalismo e na descentralização e ainda faziam parte dos programas republicanos, o aumento das liberdades civis e individuais, liberdade de imprensa, liberdade de discussão, a secularização da vida pública, a educação progressiva da mulher, o sufrágio universal, abolição do serviço militar obrigatório, reduzindo o exército a milícias, a obrigatoriedade do cultivo da terra sob pena de expropriação, regulamentação do trabalho de menores, fomento do cooperativismo, a não concorrência do Estado com as indústrias privadas, extinção de lotarias e jogos de azar, criação de tribunais arbitrais de classe para conflitos sociais. (Marques, 1978, p. 536 a p. 537)

O último grande componente presente na ideologia Republicana Portuguesa era o a importância do colonialismo, houve um aumento do interesse no Ultramar nos finais do século XIX, no entanto, o ultimato de 1890 vem humilhar os portugueses que o culpam na monarquia dando força aos republicanos. Nasce a perspectiva da criação de um “Terceiro Império” levando-os a afastar-se definitivamente da ideia de um federalismo ibérico e empurrando-os para o nacionalismo. Convém dizer que grande parte destas intenções programáticas não foram de facto postas em prática na primeira república. Chega-se a falar de uma confederação dos estados de língua portuguesa, que pressupunha a elevação a estado autónomo dos territórios ultramarinos e a aproximação das relações com o Brasil. (Telles, 1905) (Marques, 1978, p. 540) (Leal, 2011)

Considerando tudo isto, podemos afirmar que o Republicanismo era em si próprio mais próximo da esquerda jacobina e revolucionária enquanto ideologia, o que vai influenciar toda a distribuição partidária dos 16 anos da Primeira República, algo que não fosse revolucionário e progressista seria quase imediatamente acusado de ser reaccionário conservador, mesmo que fosse simplesmente um conservadorismo moderado como António Granjo. (Marques, 1978)

A figura abaixo poderá servir de resumo para a análise presente nas páginas seguintes:

<i>Partidos</i>	<i>Democrático</i>	<i>Liberal</i>	<i>Reconstituente</i>	<i>Governamental</i>	<i>Católico</i>	<i>Monárquico</i>
<i>Ideologia</i>	Esquerda / Centro- Esquerda	Centro-Direita	Direita	Direita	Direita Conservadora	Direita Conservadora
<i>Traços Principais</i>	Republicanismo Anticlericalismo Radicalismo Socialismo	Republicanismo Conservadorismo Liberal Nacionalismo	Republicanismo Conservador Nacionalismo Sidonismo	Conservadorismo Moderado Nacionalismo	Conservadorismo Social Catolicismo Tradicionalismo	Monarquismo Nacionalismo Tradicionalismo Conservadorismo Social

Figura 3 – Traços Ideológicos dos Partidos e Classificação Esquerda/Direita

5.2 PARTIDO REPUBLICANO PORTUGUÊS (PARTIDO DEMOCRÁTICO) -> CENTRO-ESQUERDA

O Partido Democrático é o herdeiro da revolução e, portanto, tornou-se o principal partido da Primeira República e contou com Afonso Costa como seu líder grande parte desse período. Foram os vencedores das eleições de 1922 elegendo 74 deputados. O programa democrático continha muito de progresso e vanguarda, no entanto já reduzia bastante a velocidade das suas intenções programáticas quando comparado aos manifestos anteriores à instauração da República.

O programa democrático começava com os direitos e garantias dos cidadãos, afirmavam a defesa do sufrágio universal, a progressiva capacidade civil da mulher, a liberdade de trabalho e a autonomia política de todas as cidades. Passava para a Educação que se afirmava como uma das mais urgentes prioridades, criar-se-iam um ministério da Educação Pública, jardins de infância, cantinas escolares, cursos nocturnos para adultos e reforçava a importância do ensino primário. Introduziam-se noções de segurança social e protecção dos trabalhadores com assistência aos trabalhadores do mar na invalidez, preconizava-se o estudo das condições de vida e trabalho de agricultores e pescadores e a criação de comissões mistas de assalariados proprietários para a fixação de salários e regulamentação de horários de trabalho e ainda a introdução de seguros contra a doença, construção de bairros operários, contratos colectivos de trabalho e a defesa dos direitos de mulheres e menores empregados. Enumeram-se um conjunto de obras públicas racionadas de forma a empregar os trabalhadores operários durante períodos de crise de trabalho, estas obras públicas incluíam estradas, portos, aperfeiçoamento dos serviços telegráficos e telefónicos, rede ferroviária, entre outros. (Marques, 1978, p. 545 a p. 550)

Volta-se também a falar da secularização da vida pública, a Lei da Separação (estado *versus* igreja), Afonso Costa afirmava-se como um paladino do laicismo. (Matos, 2010) Algo que nem sempre lhe foi totalmente benéfico visto que a maior parte da população não urbano continuou católica e sem querer abandonar o catolicismo. (Brito Moura, 2010)

No que toca a finanças o Partido Democrático era bastante pragmático, impunha-se o equilíbrio orçamental, que raramente foi alcançado na Primeira República, e uma administração rigorosa da coisa pública com a supressão de despesas inúteis, a simplificação da contabilidade e ainda, uma redução progressiva dos impostos, abolindo-se o imposto de consumo sobre os bens de primeira necessidade e a substituição dos impostos directos por um imposto geral, degressivo e progressivo, sobre o rendimento.

De notar todo um programa de fomento e desenvolvimento das colónias, com uma descentralização latente, dando às colónias autonomia financeira pagando, no entanto, um imposto à metrópole. Quase todo o plano económico a desenvolver em Portugal replicava-se para as colónias que eram tratadas não como colónias, mas como extensão do território nacional. Nunca se fala das colónias como exploração, como se fosse algo inferior, ou como se se pudessem delas servir.

“Não era socialista, embora contivesse grande número de propostas de cunho socializante. Aceitava, corrigindo-a, a realidade social baseada no direito à propriedade e no capitalismo, o que lhe assegurava enorme poder de atracção sobre a maioria dos cidadãos portugueses, sempre avessos a utopias e a revoluções de estrutura.” (Marques, 1978, p. 550)

Concluimos assim que o partido Democrático era um partido de centro-esquerda. Pragmático, de sistema, de governo e do poder. Tinha como elementos ideológicos principais o republicanismo, o radicalismo, anticlericalismo a ala mais esquerdista do partido, o socialismo. As propostas de cunho mais socializante foram abandonadas, ou pelo menos adiadas, pelo pragmatismo governativo, tentando agradar aos diferentes sectores da sociedade, não abandonando os trabalhadores, mas não esquecendo a burguesia e o comércio, o que acabou por criar também divisões internas à esquerda principalmente após 1922 durante os governos de António Maria da Silva.

5.3 PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL -> CENTRO-DIREITA

Os liberais, nascidos em 1919 são o resultado da união dos dois núcleos que se tinham separado em 1911 do PRP para criar os partidos evolucionista (direita) e unionista (centro). Ganham eleições em 1921 sobre a liderança de António Granjo, que é assassinado em Outubro desse mesmo ano, forçando as eleições de 1922. Em 1922 conseguem eleger 45 deputados.

Apresentam um programa mais vago e genérico, defendem a educação política do povo, falavam numa administração honesta e inteligente, em tolerância e no repúdio de excessos na administração pública, defesa da ordem mas não da ordem imposta pela violência, algo que vinha marcando a sociedade da república, indicavam a realização de reformas de forma a melhorar a condição dos operários, rejeitava a greve nos serviços públicos e defendia a instalação de tribunais de arbitragem. Acentuavam um carácter mais conservador propondo apenas um pequeno conjunto de reformas de menor expressão. Na questão da assistência social dissertam “em termos vagos sobre a sua estruturação, que deveria resultar da máxima colaboração entre assistência privada e

assistência oficial. Pronunciava-se pela descentralização e autonomia dos serviços e pela difusão dos institutos vários de beneficência, desde mútuas até asilos e albergues, passando pelos lactários e pelas creches.” (Marques, 1978, p. 559)

No capítulo referente a Finanças, pouco diferia do PRP, defendia o equilíbrio orçamental o habitual aumento da receita e diminuição da despesa, a “justa” tributação da propriedade e das riquezas e a aplicação de taxas progressivas e degressivas bem como a consolidação da dívida. Na economia também pouco trazia de novo, “cultura dos pousios, arborização, irrigação, crédito, robustecimento dos sindicatos e associações agrícolas de proprietários (...) completamento da rede ferroviária, facilidade de circulação de mercadorias, melhoria dos portos, revisão de pautas.”. (Marques, 1978, p. 559)

Sobre o ensino defendiam também o fim do analfabetismo e a extensão do ensino a todos os habitantes. Sobre a religião, aceitava-se a Lei da Separação, mas retirava-se o teor agressivo para com a consciência religiosa. A cláusula mais progressista do programa liberal seria talvez a extensão do sufrágio a todos os cidadãos do sexo masculino maiores de 21 anos e o estudo da concessão do sufrágio e da capacidade de ser eleita para a mulher também. (Marques, 1978, p. 560) O Partido Republicano Liberal situava-se então no centro-direita do espectro político da altura, tendo como principais linhas ideológicas o conservadorismo liberal, o liberalismo clássico, o nacionalismo sem esquecer o republicanismo fundador do sistema, tornando-os conservadores moderados.

5.4 PARTIDO REPUBLICANO DE RECONSTITUIÇÃO NACIONAL -» DIREITA

Os reconstituintes, como ficaram conhecidos, saíram também do PRP em 1920 e duraram apenas três anos vindo a fundir-se com os Liberais para constituírem o novo Partido Nacionalista. Os reconstituintes apresentam-se como não admitindo reacção nem revolução, identificam a estabilidade como essencial. Atribuía-m ao estado uma função organizadora e dirigente da actividade nacional, mas negavam-lhe competência industrial, comercial ou agrícola, eram firmes defensores da iniciativa privada e contra nacionalizações. Insistiam também na diminuição das importações e aumento das exportações e no aumento da produção nacional.

No campo de medidas económicas repetiam, com poucas diferenças, o já defendido pelo PRP. Rejeitavam os impostos progressivos exceptuando nos lucros do comércio e indústria e uma política mais proteccionista através de pautas aduaneiras. (Leal, 2011, p. 26)

No âmbito da política social, afirmavam-se contra a luta de classes, o bolchevismo, e as restrições à liberdade de trabalho. Apoiavam antes a aproximação de operários e patrões em uniões ou sindicatos comuns e também a progressiva participação operária nos lucros industriais. Um pouco como a maioria dos partidos republicanos pós-P.R.P defendiam a descentralização e regionalização da vida nacional sem apresentar de facto propostas concretas, nos demais temas partilhavam a generalidade das doutrinas do P.R.P. (Marques, 1978, p. 560 e p. 561) O Partido Republicano da Reconstituição Nacional situa-se então na direita política marcados pelo republicanismo conservador e o nacionalismo com influências sidonistas.

5.5 GOVERNAMENTAIS / GRUPO DE CUNHA LEAL -> DIREITA

Depois dos acontecimentos do 19 de Outubro de 1921, em que Cunha Leal tenta sem sucesso proteger António Granjo, este altera de forma quase radical o seu alinhamento ideológico, passando para o campo da direita política. Vê que é necessário a moderação política e quebrar com a herança revolucionária com vista à estabilidade governativa. Lidera um governo concertação com democráticos, liberais e reconstituintes até às eleições de 1922. Os lealistas elegem nas eleições de 1922, 12 deputados. Em termos ideológicos este grupo, na pessoa do seu líder, aproxima-se tanto dos liberais como dos reconstituintes, no conservadorismo moderado e no nacionalismo.

5.6 CAUSA MONÁRQUICA -> DIREITA CONSERVADORA

Apenas a partir de 1914 foi permitido aos monárquicos reorganizarem-se e reformarem os partidos que desapareceram em 1910 e formam então a Causa Monárquica que, sem muitas alterações, propunha restabelecer o regime deposto no 5 de Outubro e tinha a confiança e apoio do ex-Rei D. Manuel II. Este foi o principal partido monárquico e influenciou a grande maioria das acções anti-republicanas a partir de 1914. Em 1922 conseguem eleger 10 deputados.

Além da Causa Monárquica forma-se também a Acção Tradicionalista Portuguesa, fiéis a D. Manuel II, “mas discordantes das bases constitucionalistas liberais oficialmente propostas pela Causa Monárquica.” (Marques, 1978, p.576) E ainda o Integralismo Lusitano que defendia uma monárquica tradicionalista e antiparlamentar com amplos poderes dados ao Rei.

Em termos ideológicos a Causa Monárquica situava-se na direita conservadora, obviamente fora do espectro do republicanismo, pretendiam repor o sistema monárquico constitucional, primavam pelo nacionalismo, tradicionalismo e conservadorismo social.

5.7 CENTRO CATÓLICO PORTUGUÊS -» DIREITA CONSERVADORA

O Centro Católico Português consegue eleger em 1922, 5 deputados. Tinham uma acção política muitas vezes próxima dos monárquicos devido às características conservadoras de ambos, ao tradicionalismo e conservadorismo social, participando em coligação com os monárquicos em várias ocasiões. Apresentavam um nacionalismo católico que eventualmente atingiria o seu expoente máximo durante o salazarismo. São semelhantes ideologicamente às democracias cristãs da época. Fizeram em Portugal vários grupos mutualistas de trabalhadores e operários católicos sindicalistas nos principais centros industriais do país de modo a lutar contra a crescente radicalização de esquerda destes trabalhadores. São então, como os monárquicos, direita conservadora. (Cruz, 1980, p. 265 a p. 277)

Concorreriam ainda às eleições de 1922 os Regionalistas dos quais, além do regionalismo latente pouco se diz sobre este grupo e ainda, em Lisboa, o Partido Republicano do Fomento Nacional, precursor do Partido Radical que obteve escassos resultados.

Ainda em Lisboa concorreu uma lista de coligação com o objectivo de retirar as minorias aos monárquicos, sem sucesso, mas que contava com liberais, reconstituintes, socialistas e sidonistas.

6. *FIXAÇÃO PARTIDÁRIA GEOGRÁFICA*

O historiador A. H de Oliveira Marques (1978) faz uma importante análise da fixação dos partidos ao longo das várias eleições da Primeira, a partir da sua análise e da observação dos resultados globais disponíveis podemos concluir e confirmar a partir dos dados recolhidos de 1922 que as grandes cidades do país, Lisboa e Porto foram sempre grandes baluartes do Partido Democrático dando-lhes sempre as maiorias e demonstrando a veia mais urbana dos Democráticos.

Oliveira Marques identifica ainda três outros círculos de predominância democrática, Penafiel, Moncorvo e Lamego. Infelizmente estes dois últimos são precisamente dois dos círculos cujos dados se encontram em falta no Arquivo da Assembleia da República, mas como pudemos confirmar a partir de outras fontes, as maiorias nestes dois círculos foram precisamente para os Democráticos em 1922, em Penafiel houve, no entanto um empate, dos 3 lugares em disputa para a maioria os democráticos ganham apenas 2.

Os Democráticos eram também fortes nos círculos de Braga e Guimarães, os nossos dados confirmam-no em Braga, sendo a minoria católica. Já em Guimarães os democráticos elegem apenas 2 sendo os restantes um liberal e um monárquico. Pelos nossos dados conseguimos verificar que para além destes círculos, em 1922, Vila Nova de Gaia, Oliveira de Azeméis, Santo Tirso e Silves tiveram fortes votações democráticas, em todos conquistando as maiorias.

Ainda segundo o autor, os democráticos tinham no geral votações menos favoráveis nos círculos de Chaves, Coimbra, Ponte de Lima, Covilhã, Estremoz e Faro. Não se verifica essa votação em Ponte de Lima em que os democráticos conquistaram a maioria. A estas votações menos favoráveis, podemos com os nossos dados acrescentar os círculos de Bragança, maioria reconstituente, Setúbal e Arganil, ambos com maioria liberal, Tomar, que elege dois liberais, um católico e apenas um democrático, Santarém que os liberais conseguem o empate e finalmente Aveiro, o único círculo do continente em que os democráticos não conseguem eleger um único deputado.

A oposição teve sempre a vida mais dificultada. Desde a dificuldade de criar juntas locais e distritais à falta de meios os resultados foram sempre dispersos e algo voláteis. Os partidos Evolucionista e Unionista posteriormente Partido Liberal apenas nos círculos de Coimbra e Arganil tinham preponderância, algo que confirmamos.

Segundo o autor, outros locais de votação forte para os Evolucionistas eram Chaves e Oliveira de Azeméis e para os Unionistas a região sul do Alentejo, principalmente Beja e Aljustrel

e alguns outros pontos dispersos como Tomar e Aveiro. Pelo que verificamos esta tendência quebra-se em Oliveira de Azeméis e em Aljustrel em que ambas as maiorias são conquistadas pelos democráticos, mas mantem-se nos demais. O historiador alerta para uma problemática que já referimos anteriormente neste trabalho que é a influência dos caciques locais e a possível ligação destes caciques com as obediências aos partidos Monárquicos antes da revolução e o consequente crescimento do PRP nas diferentes regiões.

Quanto a Monárquicos e Católicos concorriam várias vezes coligados e tinham núcleos importantes na Covilhã, Guarda, Portalegre e Elvas. Como podemos confirmar no mapeamento feito de 1922 os Católicos tiveram boas votações na Guarda e Leiria. Os Monárquicos tiveram votações com mais relevância na Covilhã, Pombal, Alcobaça, Ponte de Sôr e outras vitórias mais pontuais como em alguns concelhos de Braga, Coimbra e Óbidos no distrito de Leiria. Nem todos estes bons resultados a nível concelhio se transformaram depois em deputados.

7. DADOS E MAPEAMENTO DOS RESULTADOS

Aqui se apresentam os dados recolhidos no Arquivo Histórico Parlamentar, com um pequeno resumo sistemático e relativamente detalhado de cada círculo, alguns deles estarão em anexo como exemplo. Apresenta-se também o mapa resultante do tratamento destes dados, feito inteiramente com recurso ao *Excel*. Para a construção do mapa importa referir que a cor representada no mapa, é a cor atribuída ao partido do candidato mais votado naquele concelho como mostra a legenda. Existem concelhos com a cor Verde atribuída aos “Outros” estes são aqueles que não foi possível identificar a filiação partidária. Apresenta-se ainda a taxa de abstenção por assembleia eleitoral e a taxa de abstenção total dos dados existentes.

Na base de dados figura também a filiação partidária dos candidatos a deputados. Como estes eram eleitos como cidadãos, em listas plurinominais, a filiação partidária não constava nas listas de nomes que aliás eram muitas vezes escritas à mão. Como tal, procedeu-se à sua identificação tomando por base o “Parlamentares e Ministros da Primeira República” de Oliveira Marques (2000), que tem uma pequena biografia de cada parlamentar e ministro deste período, no entanto, devido à constante mudança de filiações por parte de alguns deputados é por vezes complicado identificar o partido a que pertenciam à altura destas eleições. Foi possível identificar a filiação de todos os deputados eleitos em 1922, bem como de muitos outros que não foram eleitos. Todos aqueles que não foi possível identificar a filiação partidária estão marcados na base de dados como “Outros”.

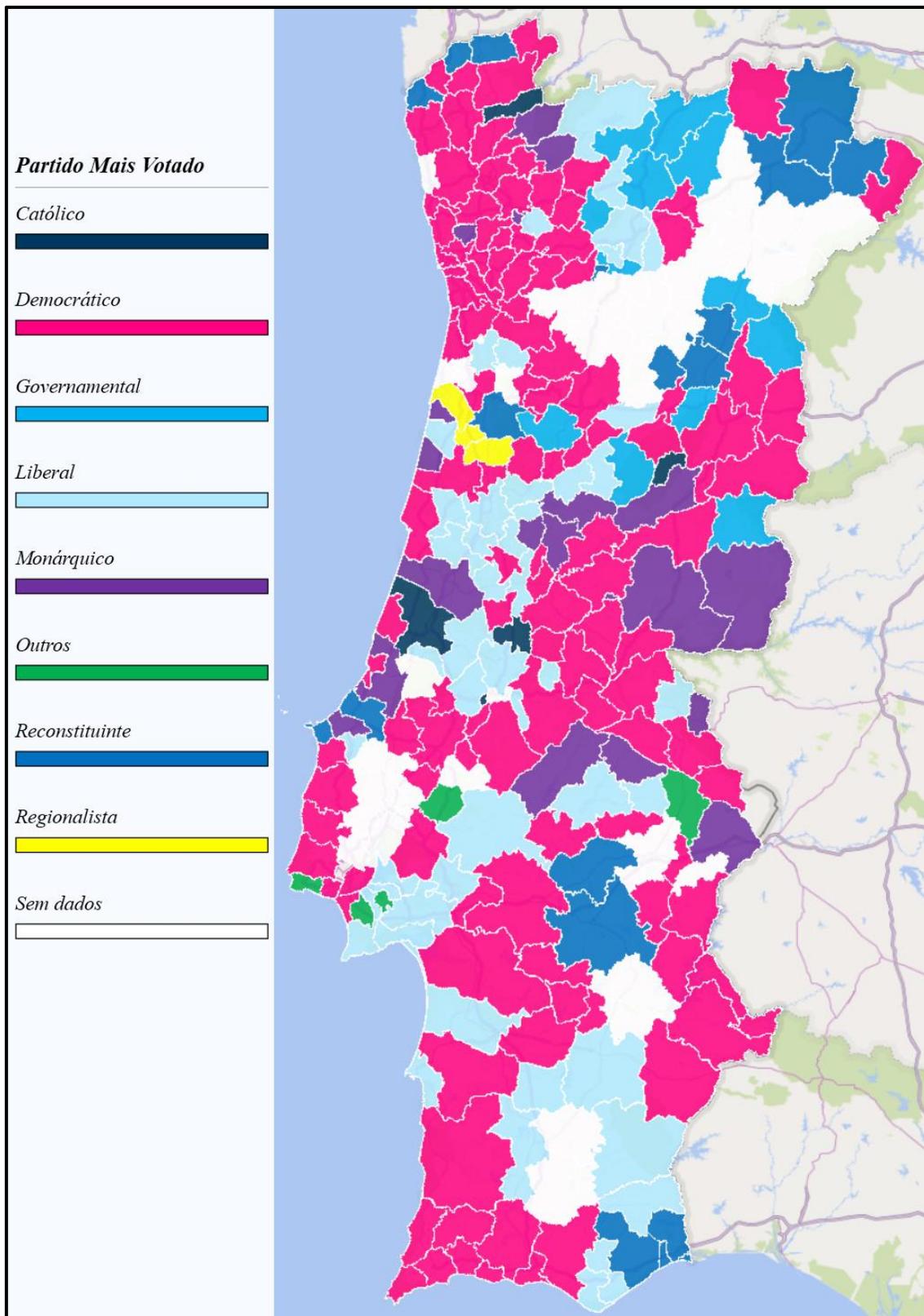


Figura 4 - Mapa por Partido do candidato mais votado por Concelho

No total votaram 233.635 pessoas no continente encontrando-se recenseadas 388.469, sendo que faltam todos os dados para os círculos nº8, 16 e 30 de Moncorvo, Lamego e Vila Franca de Xira, respectivamente. A taxa de participação total no continente foi de 60.59%, sendo que para este cálculo não entram os votantes e eleitores de assembleias com um destes dados em falta, são então contabilizados 219.803 votantes e 362.796 eleitores recenseados.

O círculo eleitoral nº1 de Viana do Castelo era constituído pelos concelhos de Viana do Castelo, Caminha, Monção, Valença e Vila Nova de Cerveira. Este círculo elegeu três deputados, um reconstituente e dois democráticos, sendo o mais votado Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, reconstituente. A taxa de participação do círculo foi de 72% contando com 9307 votantes num universo de 12840 eleitores recenseados. De notar o caso da assembleia de Monção, concelho de Monção que apresenta uma taxa de participação de 105% tendo votado 27 pessoas a mais que aquelas que constam no caderno eleitoral.

O círculo eleitoral nº2 de Ponte de Lima era constituído pelos concelhos de Ponte de Lima, Melgaço, Paredes de Coura, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez. Este círculo elegeu três deputados, dois democráticos e um católico, sendo o mais votado Teófilo Maciel Pais Carneiro, democrático. A taxa de participação do círculo foi de 83% contando com 7334 votantes num universo de 8811 eleitores recenseados. De curioso neste círculo, no concelho de Ponte da Barca os candidatos Democrático e Republicano tiveram os mesmo votos, sendo que o segundo candidato Democrático Félix de Moraes Barreira não teve qualquer voto. De notar também as altas taxas de participação em Melgaço, Paredes de Coura e Ponte da Barca todos acima dos 95%, poderá eventualmente indicar o trabalho de caciques locais.

O círculo eleitoral nº3 de Braga era constituído pelos concelhos de Amares, Barcelos, Braga, Póvoa de Lanhoso, Vila Verde e Esposende. Este círculo elegeu quatro deputados, três democráticos e um católico, sendo o mais votado Domingos Leite Pereira, democrático. A taxa de participação de círculo foi de 76% contando com 11990 votantes num universo de 15859 eleitores recenseados, sem contar, no entanto, com os 262 votantes de Monsul pois esta assembleia tem em falta o caderno eleitoral. A assembleia de Caldelas, concelho de Amares, possui um votante a mais que aqueles que constam no caderno eleitoral, o que pode provavelmente ser o voto de uma das pessoas da mesa da assembleia que não foi acrescentado ao caderno como deveria. Em Esposende, segundo a acta de eleição, não surgiram quaisquer votantes ao acto eleitoral indicando uma taxa de abstenção de 100%, no entanto, existe nesta caixa um protesto referente a esta assembleia,

fazendo a queixa de que haveriam carbonários armados à porta do edifício onde se iria realizar o acto eleitoral que não permitiram a entrada de ninguém para exercer o seu direito ao voto, na acta de eleição escreve-se que não existiram quaisquer problemas no processo, que se chamaram os eleitores de cada freguesia mas que simplesmente ninguém compareceu.

O círculo eleitoral nº4 de Guimarães era constituído pelos concelhos de Guimarães, Caldas de Vizela, Vieira, Terras de Bouro, Vila Nova de Famalicão, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Fafe. Este círculo elegeu quatro deputados, dois democráticos, um liberal e um monárquico, sendo o mais votado Mariano da Rocha Felgueiras, democrático. A taxa de participação foi de 77% contando com 12233 votantes num universo de 15945 eleitores recenseados, sem contar com os 364 votantes de Covas, concelho de Terras de Bouro, devido à inexistência do caderno eleitoral respectivo, não existem também quaisquer dados referentes à assembleia de Ronfe, concelho de Guimarães.

O círculo eleitoral nº5 de Vila Real era constituído pelos concelhos de Alijó, Vila Real, Sabrosa, Mesão Frio, Mondim de Basto, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião. Este círculo elegeu três deputados um governamental, um democrático e um liberal, sendo o mais votado Nuno Simões, governamental, por apenas 12 votos. A taxa de participação foi de 62% contando com 7536 votantes num universo de 12105 eleitores recenseados.

O círculo eleitoral nº6 de Chaves era constituído pelos concelhos de Boticas, Chaves, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Montalegre, Murça e Ribeira de Pena. Este círculo elegeu três deputados, um governamental, um democrático e um liberal, sendo o mais votado Francisco Pinto da Cunha Leal, líder dos governamentais. A taxa de participação foi de 64% contando com 6271 votantes num universo de 9773 eleitores recenseados.

O círculo eleitoral nº7 de Bragança era constituído pelos concelhos de Bragança, Vimioso, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro e Vinhais. Este círculo elegeu 3 deputados, dois reconstituintes e um democrático, sendo o mais votado Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso, reconstituente. A taxa de participação foi de 86% contando com 5294 votantes num universo de 6128 eleitores recenseados, sem contar com os 71 votantes da assembleia de Penhas Juntas, concelho de Vinhais, devido à inexistência do caderno eleitoral respectivo.

O círculo eleitoral nº8 de Moncorvo era constituído pelos concelhos de Alfândega da Fé, Carrazeda de Anciães, Freixo de Espada à Cinta, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Flôr. Não existem dados disponíveis para este círculo. Foi-nos, no entanto, possível descobrir

através de outras fontes que este círculo teve 3 deputados eleitos, dois democráticos e um reconstituente.

O círculo eleitoral nº 9 do Porto era apenas constituído pelo concelho do Porto e suas freguesias. Este círculo elegeu oito deputados, seis democráticos, um governamental e um independente sendo o mais votado Leonardo José Coimbra, democrático. A taxa de participação foi de cerca de 34% (nas actas das assembleias da freguesia de Campanhã estão em falta entre 200 a 300 votantes, o que resulta numa margem de erro inferior a 1% na taxa de participação) contando com 6004 votantes num universo de 18425 eleitores recenseados.

O círculo eleitoral nº10 de Penafiel era constituído pelos concelhos de Penafiel, Lousada, Paços de Ferreira, Felgueiras, Marco de Canaveses, Baião e Amarante. Este círculo elegeu quatro deputados, dois democráticos, um governamental e um liberal, sendo o mais votado Alberto Carneiro Alves da Cruz, democrático. A taxa de participação foi de 87% contando com 12586 votantes num universo de 14469 eleitores recenseados.

O círculo eleitoral nº11 de Vila Nova de Gaia era constituído pelos concelhos de Vila Nova de Gaia, Gondomar, Paredes e Valongo. Este círculo elegeu três deputados, dois democráticos e um independente, sendo o mais votado Lourenço Correia Gomes, democrático. A taxa de participação foi de 52% contando com 6160 votantes num universo de 11902 eleitores recenseados sem contar com os 480 e 253 eleitores recenseados em Perozinho e Vilar do Paraíso, respectivamente, concelho de Vila Nova de Aguiar, devido a não existirem dados relativamente ao número de votantes nas actas.

O círculo eleitoral nº12 de Santo Tirso era constituído pelos concelhos de Matosinhos, Maia, Santo Tirso, Vila do Conde e Póvoa de Varzim. Este círculo elegeu três deputados, dois democráticos e um reconstituente, sendo o mais votado Joaquim Narciso da Silva Matos, democrático. A taxa de participação foi de 71% contando com 8118 votantes num universo de 11455 eleitores recenseados. No concelho da Maia não se realizaram eleições à excepção da assembleia de Barreiros. De notar a

O círculo eleitoral nº13 de Aveiro era constituído pelos concelhos de Aveiro, Águeda, Trofa, Anadia, Ílhavo, Oliveira do Bairro, Mealhada, Vagos, Estarreja, Murtosa e Sever do Vouga. Este círculo elegeu quatro deputados, um regionalista, um reconstituente, um monárquico e um liberal, sendo o mais votado Jaime Duarte Silva, regionalista. A taxa de participação foi de 56%

contando com 5287 votantes num universo de 9497 eleitores recenseados². De notar que neste círculo existem vários dados em falta, resultados, número de votantes e número de eleitores, os concelhos de Sever do Vouga, Murtosa e Estarreja não possuem quaisquer dados além de alguns cadernos de eleitores, causando assim uma discrepância entre os resultados das actas de apuramento geral e a minha soma de votos totais.

O círculo eleitoral nº14 de Oliveira de Azeméis era constituído pelos concelhos de Oliveira de Azeméis, São João da Madeira, Albergaria-a-Velha, Castelo de Paiva, Macieira de Cambra, Santa Maria da Feira, Ovar Arouca e Espinho. Este círculo elegeu quatro deputados, três democráticos e um liberal, sendo o mais votado João Salema de Sousa Abreu Gouveia Faria Carvalho Pereira, democrático. A taxa de participação foi de 73% contando com 7972 votantes num universo de 10979 eleitores recenseados. Mais uma vez, um círculo eleitoral com vários dados em falta, o total de votantes contabilizados foi de 10611 e de eleitores 12745, no entanto para efeitos de contabilizar a taxa de participação as assembleias com um destes dados em falta têm que ser retiradas da equação. No concelho de Santa Maria da Feira estão em falta praticamente todos os cadernos de eleitor

O círculo eleitoral nº15 de Viseu era constituído pelos concelhos de Viseu, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Sátão, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Tondela, Vouzela e Carregal do Sal. Este círculo elegeu quatro deputados, dois democráticos, um liberal e um governamental, sendo o mais votado Bartolomeu Severino, democrático. A taxa de participação foi de 83% contando com 12731 votantes num universo de 15298 eleitores recenseados.

O círculo eleitoral nº16 de Lamego era constituído pelos concelhos de Lamego, Armamar, Castro Daire, Moimenta da Beira, Resende, Sernancelhe, São João da Pesqueira, Cinfães, Tabuaço, Tarouca, Penalva do Castelo, Penedono e Vila Nova de Paiva. Não existem quaisquer dados disponíveis para este círculo eleitoral. É, porém, possível por outras fontes saber que por este círculo foram eleitos três deputados democráticos e um liberal.

O círculo eleitoral nº17 da Guarda era constituído pelos concelhos da Guarda, Sabugal, Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Manteigas e Pinhel. Este círculo elegeu três deputados, um

² A contagem total de eleitores para este CE é de 12787, tendo sido retirados da equação para abstenção aqueles que pertencem a assembleias que possuem número de eleitores, mas não possuem número de votantes de modo a não afectar em demasia a taxa de participação como aliás se fez para todos os CE com casos semelhantes.

democrático, um governamental e um católico sendo o mais votado Vasco Borges, democrático. A taxa de participação foi de 69% contando com 5552 votantes num universo de 8025 eleitores recenseados, excluindo os 299 votantes da assembleia de Atalaia, concelho de Pinhel, por estar em falta o respectivo caderno eleitoral.

O círculo eleitoral nº18 de Gouveia era constituído pelos concelhos de Gouveia, Seia, Celorico da Bera, Fornos de Algodres, Aguiar da Beira, Vila Nova de Foz Côa, Trancoso e Meda. Este círculo elegeu três deputados, um governamental, um reconstituente e um democrático sendo o mais votado António Abranches Ferrão, governamental. A taxa de participação foi de 96% contando com 8885 votantes num universo de 9235 eleitores recenseados, excluindo 328 eleitores recenseados em Fornos de Algodres cuja acta está em falta. De notar que a assembleia de Loriga, concelho de Seia, apresenta uma taxa de participação de 106% por terem havido 445 votantes quando apenas 419 se encontravam recenseados.

O círculo eleitoral nº19 de Coimbra era constituído pelos concelhos de Coimbra, Mira, Cantanhede, Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Soure e Condeixa. Este círculo elegeu quatro deputados, dois liberais, um democrático e um reconstituente sendo o mais votado João Cardoso Moniz Bacelar, liberal. A taxa de participação foi de 54% contando com 8460 votantes num universo de 15549 eleitores recenseados. Neste círculo voltam a existir vários dados em falta sendo o caso mais grave o concelho de Soure que apenas apresenta resultados de 3 das 5 assembleias e número de votantes e eleitores em apenas 1.

O círculo eleitoral nº20 de Arganil era constituído pelos concelhos de Arganil, Lousã, Miranda do Corvo, Tábua, Penela, Oliveira do Hospital, Góis, Poiares, Pampilhosa da Serra e Penacova. Este círculo elegeu três deputados, dois liberais e um democrático sendo o mais votado Alberto de Moura Pinto, liberal. A taxa de participação foi de 76% contando com 8988 votantes num universo de 11834 eleitores recenseados.

O círculo eleitoral nº21 de Castelo Branco era constituído pelos concelhos de Castelo Branco, Idanha a Nova, Vila Velha de Rodão, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei. Este círculo elegeu três deputados, dois democráticos e um liberal sendo o mais votado Abílio Correia da Silva Marçal, democrático. A taxa de participação foi de 77% contando com 5703 votantes num universo de 7446 eleitores recenseados. Neste círculo, nos concelhos de Castelo Branco e Idanha a Nova o candidato com maior número de votos foi o candidato monárquico pelo que tal se reflete

no mapa, no entanto, como as vitórias nesses concelhos não foram por margens significativas, a fraca votação nos restantes custa-lhe a eleição.

O círculo eleitoral nº22 da Covilhã era constituído pelos concelhos da Covilhã, Fundão, Penamacor e Belmonte. Este círculo elegeu três deputados, um monárquico, um democrático e um governamental sendo o mais votado Aires D'Ornelas e Vasconcelos, monárquico. A taxa de participação foi de 78% contando com 5037 votantes num universo de 6438 eleitores recenseados, não contando com os 218 votantes de Penamacor devido à falta do caderno eleitoral desta assembleia.

O círculo eleitoral nº23 de Leiria era constituído pelos concelhos de Leiria, Marinha Grande, Alvaiázere, Pedrogão Grande, Castanheira de Pera, Ansião, Batalha, Figueiró dos Vinhos e Porto de Mós. Este círculo elegeu três deputados, dois democráticos e um liberal, sendo o mais votado Joaquim Ribeiro de Carvalho, liberal. A taxa de participação foi de 70% contando com 5383 votantes num universo de 7721 eleitores recenseados. Este círculo está bastante incompleto, com dados em falta de várias assembleias, existindo uma discrepância entre os dados da acta da assembleia de apuramento geral e os dados que me foi possível recolher por assembleia.

O círculo eleitoral nº24 de Alcobaça era constituído pelos concelhos de Peniche, Nazaré, Caldas da Rainha, Óbidos, Bombarral, Pombal e Alcobaça. Este círculo elegeu três deputados, um democrático, um reconstituente e um liberal, sendo o mais votado Carlos Cândido Pereira, democrático. A taxa de participação foi de 64% contando com 5449 votantes num universo de 8580 eleitores recenseados. De notar na assembleia do Bombarral votaram mais 137 pessoas que aquelas que constam no caderno eleitoral, não havendo qualquer explicação para tal discrepância.

O círculo eleitoral nº25 de Santarém era constituído pelos concelhos de Alcanena, Coruche, Rio Maior, Benavente, Cartaxo, Golegã, Salvaterra de Magos, Chamusca, Alpiarça, Santarém, Almeirim e Vila Nova da Barquinha. Este círculo elegeu quatro deputados, dois democráticos e dois liberais, sendo o mais votado António Augusto Tavares Ferreira, democrático. A taxa de participação foi de 43% contando com 3827 votantes num universo de 8959 eleitores recenseados. Não existem quaisquer dados para os concelhos de Almeirim e Vila Nova da Barquinha, bem como para três assembleias do concelho de Santarém, são elas Alcanhões, Pombalinho e Pernes.

O círculo eleitoral nº26 de Tomar era constituído pelos concelhos de Torres Novas, Entroncamento, Mação, Ferreira do Zêzere, Tomar, Abrantes, Constância, Sardoal e Ourém. Este círculo elegeu quatro deputados, dois liberais, um democrático e um católico, sendo o mais votado

Francisco Cruz, liberal. A taxa de participação foi de 65% contando com 7083 votantes num universo de 10844 eleitores recenseados. Para o concelho de Ourém, das 4 assembleias apenas existem dados da assembleia do Olival.

Os círculos eleitorais nº27 e nº28 pertenciam respetivamente a Lisboa Oriental e Lisboa Ocidental. Ambos os círculos elegeram 6 deputados democráticos pela maioria e 2 monárquicos pela minoria. Em Lisboa Oriental o deputado mais votado foi Afonso Augusto da Costa, democrático e em Lisboa Ocidental, Albano Augusto de Portugal Durão também democrático. De relevante em ambos os círculos é a forte votação alcançada pelos monárquicos conquistando a maioria, ficando em Lisboa oriental a uma distância de cerca de 1700 votos mas em Lisboa ocidental a distância do primeiro monárquico para o último democrático foi de menos de 400 votos. A taxa de participação em Lisboa oriental foi de 32% contando com 8532 votantes num universo de 26383 eleitores. Em Lisboa ocidental foi de 34% contando com 7333 votantes num universo de 21616 eleitores recenseados. Em ambos os círculos existem dados em falta.³

O círculo eleitoral nº29 de Setúbal era constituído pelos concelhos de Setúbal, Palmela, Alcácer do Sal, Alcochete, Montijo, Almada, Barreiro, Moita, Grândola, Sesimbra, Santiago do Cacém, Seixal e Sines. Este círculo elegeu três deputados, dois liberais e um democrático, sendo o mais votado Joaquim Brandão, liberal. A taxa de participação foi de 39% contando com 3998 votantes num universo de 10303 eleitores recenseados, não são contabilizados os 198 votantes na Moita devido à falta do caderno eleitoral dessa assembleia.

O círculo eleitoral nº30 de Vila Franca de Xira era constituído pelos concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Loures, Sobral de Monte Agraço e Vila Franca de Xira. Não existem quaisquer dados para este CE, no entanto sabemos que foram eleitos três deputados, um liberal, um governamental e um democrático.

O círculo eleitoral nº31 de Torres Vedras era constituído pelos concelhos de Lourinhã, Torres Vedras, Mafra, Sintra, Oeiras e Cascais. Este círculo elegeu três deputados, um democrático, um liberal e um governamental, sendo o mais votado Aníbal Lúcio de Azevedo,

³ Mais um círculo com dados em falta, no cálculo para a taxa de participação, no CE 27 Lisboa Oriental não são contabilizados 84 votantes da assembleia da Madalena (hoje parte de Santa Maria Maior) devido à falta do caderno eleitoral respectivo. No CE 28, está em falta o número de votantes das assembleias de Santos, Mercês e Benfica e o número de eleitores recenseados na assembleia da Ajuda. A totalidade dos dados presentes faria subir o número de votantes de 7333 para 7815, e o número de eleitores recenseados de 21616 para 28368.

democrático. A taxa de participação foi de 49% contando com 3986 votantes num universo de 8080 eleitores recenseados.

O círculo eleitoral nº32 de Portalegre era constituído pelos concelhos de Portalegre, Castelo de Vide, Crato, Gavião, Marvão, Ponte de Sôr e Nisa. Este círculo elegeu três deputados, dois democráticos e um monárquico, sendo o mais votado João José da Conceição Camoesas, democrático. A taxa de participação foi de 62% contando com 3178 votantes num universo de 5089 eleitores recenseados.

O círculo eleitoral nº33 de Elvas era constituído pelos concelhos de Elvas, Alter do Chão, Arronches, Avis, Fronteira, Monforte e Sousel. Este círculo elegeu três deputados, um monárquico e dois democráticos, sendo o mais votado Rui de Andrade, monárquico. A taxa de participação foi de 61% contando com 1958 votantes num universo de 3216 eleitores recenseados.

O círculo eleitoral nº34 de Évora era constituído pelos concelhos de Évora, Vianda do Alentejo, Arraiolos, Mora, Portela, Vendas Novas e Montemor o Novo. Este círculo elegeu três deputados, dois democráticos e um reconstituente, sendo o mais votado Manuel Eduardo da Costa Fragoso, democrático. A taxa de participação foi de 53% contando com 2444 votantes num universo de 4646 eleitores recenseados. Não existem dados para o concelho de Portela.

O círculo eleitoral nº35 de Extremoz era constituído pelos concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Redondo, Reguengos Extremoz e Vila Viçosa. Este círculo elegeu três deputados, um democrático, um reconstituente e um liberal, sendo o mais votado Sebastião de Herédia, democrático. A taxa de participação foi de 60% contando com 1042 votantes num universo de 1737 eleitores recenseados. Existem bastantes dados em falta, para os concelhos de Extremoz e Vila Viçosa não existem quaisquer dados e faltam os cadernos eleitorais de Terena, Alandroal e Aldeia do Mato, Reguengos.

O círculo eleitoral nº36 de Beja era constituído pelos concelhos de Beja, Barrancos, Mértola, Castro Verde, Moura e Serpa. Este círculo elegeu três deputados, dois democráticos e um liberal sendo o mais votado Paulo Limpo de Lacerda, democrático. A taxa de participação foi de 45% contando com 1851 votantes num universo de 4115 eleitores recenseados, não sendo contabilizados 230 votantes de Beja, 172 de Barrancos e 116 de Ficalho, Serpa devido à falta dos cadernos eleitorais respectivos.

O círculo eleitoral nº37 de Aljustrel era constituído pelos concelhos de Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Cuba, Ferreira do Alentejo, Odemira, Ourique e Vidigueira. Este círculo

elegeu três deputados, um democrático, um liberal e um governamental, sendo o mais votado José Joaquim Gomes de Vilhena, democrático. A taxa de participação foi de 51% contando com 1305 votantes num universo de 2545 eleitores recenseados.

O círculo eleitoral nº38 de Faro era constituído pelos concelhos de Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António, Castro Marim, Alcoutim e Alportel. Este círculo elegeu três deputados, um liberal, um reconstituente e um democrático, sendo o mais votado João de Sousa Uva, liberal. A taxa de participação foi de 60% contando com 3976 votantes num universo de 6658 eleitores recenseados, não sendo contabilizados 185 votos da segunda assembleia de Olhão devido à falta do respectivo caderno eleitoral.

O círculo eleitoral nº39 de Silves era constituído pelos concelhos de Silves, Loulé, Albufeira, Lagoa, Portimão, Lagos, Aljezur, Vila do Bispo e Monchique. Este círculo elegeu três deputados, dois democráticos e um liberal, sendo o mais votado João Estevão Águas, democrático. A taxa de participação foi de 54% contando com 4493 votantes num universo de 8371 eleitores recenseados.

8. CONCLUSÃO

A Primeira República Portuguesa, de apenas 16 anos, foi uma época extremamente interessante ao nível da política, foi uma altura de intensa actividade política, propaganda e definição ideológica de partidos e populações. A República esteve sempre sob ameaça, quer de dentro, quer de fora. O processo revolucionário nunca realmente terminou. Esta vida política de extrema intensidade em constante revolução e discórdia entre partidos e personalidades, aliada a uma situação financeira frágil, levou a uma imensa instabilidade governativa com constantes mudanças de governos, ministros e mesmo parlamentares ao longo das 8 eleições legislativas que se realizaram neste período.

Com a nossa pesquisa conseguimos concluir que, primeiro a contestação ao regime monárquico começa muito antes da implementação da república e isso repercute-se no ideário da população em geral que, principalmente nas zonas urbanas, adere ao republicanismo, marcado pelo 31 de Janeiro e pelo Regicídio, mas algo indefinido numa crença que bastaria proclamar-se a república para que muitos dos problemas se resolvessem, sendo talvez esta uma das razões para tanta coisa que ficou por cumprir na república. Com apenas 9.5% da população a votar, e os receios que os republicanos teriam de alargar o voto à restante população como estava nos seus planos iniciais, conseguimos identificar uma clivagem com a população rural principalmente, que continua maioritariamente católica e conservadora, apesar do anticlericalismo republicano.

Com a recolha de dados conseguimos retirar alguns dados interessantes e até agora inexistentes, os resultados gerais das eleições para o continente, por concelho e por assembleia de voto algo que temos a certeza ser de extrema importância para futuros estudos sobre esta época histórica e política. Bem como dados sobre a abstenção geral, que se situou nos 39.41%, mas também a nível de assembleia e conseguimos entre outras coisas observar que as taxas de abstenção em zonas mais pequenas e rurais eram substancialmente mais pequenas que em zonas urbanas e mais populadas, por exemplo, ambos os círculos de Lisboa e Porto contaram com cerca de 68% de abstenção, bastante acima da média nacional, enquanto por exemplo a Covilhã ou Santo Tirso não passaram dos 30% de abstenção.

Conseguimos também perceber a dominante implantação, generalizada e consistente do partido democrático que, onde não obteve as maiorias conquistou as minorias ou simplesmente empatou, salvo o caso de Aveiro onde não elegeu nenhum deputado. Mas também a fraqueza de todos os outros partidos com escassas votações em muitos círculos, sem se conseguir implantar no

país, sofrendo ainda com a dispersão partidária à direita do PRP. Fizemos também a identificação ideológica dos partidos bem como a identificação das suas principais linhas programáticas e traços ideológicos que ajudam a contextualizar os resultados das eleições e a importância da actuação política dos principais actores partidários. Procedemos ainda à elaboração do mapa representativo das eleições de 1922 que fornece assim um importante apoio visual para o entendimento a nível nacional dos resultados eleitorais.

Quanto à fixação partidária, conseguimos através da análise do trabalho de outros autores, especialmente Oliveira Marques, identificar alguns locais em que houve preponderância no voto em alguns partidos, confirmamos uns e encontramos diferenças noutros. Ficam agora os dados disponíveis para que essa análise seja feita de uma forma bastante mais aprofundada. No entanto para se chegarem a conclusões de maior envergadura neste âmbito seria necessário ter dados de mais eleições para conseguir identificar padrões. Padrões estes que, como explicamos, são difíceis de identificar devido à volatilidade aparente das votações nos vários partidos bem como as redes clientelares de interesses locais e a influência de caciques na mobilização do voto em região.

Sobre os dados existentes no arquivo que não foram recolhidos, o mais importante seriam os protestos apresentados pelos candidatos à assembleia de apuramento dos resultados que muitas vezes oferecem um contexto extra. Uma recolha deste género seria extremamente demorada e não era o objectivo deste trabalho, mas penso que merece uma menção especial, dei aqui o exemplo da assembleia de Esposende, que possui acta e a princípio poderia ficar-se com a ideia que simplesmente ninguém apareceu para votar nesta assembleia, mas a partir de um protesto apresentado por um candidato percebemos que afinal não “apareceu” ninguém pois estavam carbonários armados à porta que o evitaram. Uma análise desta dimensão seria toda uma outra dissertação.

9. BIBLIOGRAFIA

- Agnew, J.A., (1990), "From political methodology to geographical social theory? A critical review of electoral geography", em R.J. Johnston, F.M. Shelley, and P.J. Taylor, *Developments in Electoral Geography*, London, Routledge.
- Agnew, John A. (1996), *Mapping Politics: How Context Counts in Electoral Geography*, Political Geography Quarterly. 15(2): 129-146.
- Almeida, Pedro Tavares de, org. E introd. (1998), *Legislação eleitoral portuguesa (1820-1926)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Almeida, Pedro Tavares de. (2010) "Portugal", em Dieter Nohlen e Philip Stover (orgs.), *Elections in Europe: A Data Handbook*, Baden-Baden, Nomos Verlag, pp. 1525-1577.
- Almeida, Pedro Tavares de; Fernandes, Paulo Jorge; Santos, Marta Carvalho dos. (2006) "Os deputados da 1ª República Portuguesa: inquérito prosopográfico". *Revista de História das Ideias*, vol. 27.
- Baiôa, M. (2014), *A Primeira República Portuguesa (1910-1926): partidos e sistema político*, Arbor.
- Baiôa, Manuel. (2017), *Minando o sistema republicano-liberal desde dentro. Os partidos políticos portugueses no contexto Europeu e Ibérico (1919-1926)*, Intellèctus.
- Braga, Teófilo, (1880) *História das Idéas republicanas em Portugal*, Lisboa, sine nomine.
- Brandão, José, (1991), *A Noite Sangrenta*, Lisboa, Publicações Alfa
- Brandão, Raul, (1933) *Memórias. Vale de Josafat*, vol. III. Lisboa, Perspectivas & Realidades, citado por, Leal, Ernesto Castro, (2011), *O campo político dos partidos republicanos portugueses (1910-1926)*, Coimbra, Pombalina.
- Brito Moura, Maria Lúcia de. (2010), *A "Guerra religiosa" na I República*, Lisboa, CEHR-UCP.
- Costa (Afonso), (1976) *Discursos Parlamentares, 1911-1914*, compilação, prefácio e notas de A. H. de Oliveira Marques, Amadora, Livraria Bertrand.
- Cruz, Manuel Braga da. (1978), "As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo", em *Análise Social*, vol. XIV (54).
- Espírito Santo, P., (2006), *Sociologia política eleitoral – Modelos e explicações de voto*, Lisboa, ISCSP.
- Farinha, Luís, (2002), *Estudo sobre a acção política parlamentar de Francisco Pinto Cunha Leal como Deputado ao Congresso da República (1918-1926)*, Porto: Edições Afrontamento/Assembleia da República.
- Ferrão, Carlos. (1976), *História da 1ª República*, Lisboa, Terra Livre.
- Junqueiro, Guerra, (1896), *Pátria*, Porto, Edição de autor.
- Leal, Ernesto Castro, (2011), *O campo político dos partidos republicanos portugueses (1910-1926)*, Coimbra, Pombalina.
- Maia, Berta. (1928) "As Minhas Entrevistas com Abel Olímpio, «O Dente de Ouro», Lisboa.
- Maltez, José Adelino. (2014), *Abecedário de Teoria Política – Ideias e Autores dos Séculos XIX e XX. Pela Santa Liberdade I*, Lisboa, Edições ISCSP.
- Marques, A.H de Oliveira. (1978), *História da 1ª República Portuguesa. As Estruturas de Base Lisboa* Iniciativas Editoriais.
- Marques, A.H de Oliveira. (2000), *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, Lisboa, Edições Afrontamento.

- Matos, Luis Salgado de. (2010) *Tudo o que sempre quis saber sobre a Primeira República em 37 mil palavras*, Lisboa, ICS. Imprensa de Ciências Sociais.
- Medina, João, (1990), “*Oh! a República!...*”. *Estudos sobre o Republicanismo e a Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Nohlen, Dieter, (2007), *Os Sistemas Eleitorais: O Contexto Faz a Diferença*, Shelley, Livros Horizonte
- Fred M., J. Clark Archer, Fiona M. Davidson, e Stanley D. Brunn, (1996) *Political Geography of the United States*, Nova Iorque, The Guilford Press.
- Sousa Lara, António de. (2013), *Estudo da Ordem e da Subversão*, Lisboa, Edições ISCSP.
- Sousa, Marcelo Rebelo. (1983), *A I República ou o multipartidarismo de partido dominante: Os partidos políticos no direito constitucional português*, Braga, Livraria Cruz.
- Warf, B. and Leib, J., (2011), “Chapter 1 – “Introduction”, em Warf, B. and Leib, J, *Revitalizing electoral geography*, England, Ashgate.

LEGISLAÇÃO

- República Portuguesa. (1921), *Orçamento Geral – Proposta de lei das receitas e despesas ordinárias e extraordinárias do Estado na metrópole para o ano económico de 1921-1922*, Lisboa, Imprensa Nacional.

FONTES INFORMÁTICAS

- Maltez, Adelino, (2009) consultado em: <http://maltez.info/respublica/portugalpolitico/>
- Ilustração Portuguesa (1921), *A “Ilustração Portuguesa” e os acontecimentos*, 11 série nº819, Lisboa. (Online) consultado em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/IP19.htm>

FONTES ARQUIVÍSTICAS

- Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República

10. ANEXOS

	I	J	K	L	M	N	O	P
291	CE 24 - Alcobça							
292				Peniche	Nazaré		Caldas da Rainha	
293	Candidatos/Freguesias		Total	Peniche	Praia da Nazaré	Valada	Caldas da Rainha	Alvorninha
294	Carlos Candido Pereira	Democrático	2618	174	191	52	125	7
295	Costódio Maldonado de Freitas	Reconstituinte	2234	197	29	0	175	7
296	José Pedro Ferreira	Liberal	2139	179	168	52	129	8
297	Mário Correia Carvalho de Aguiar	Monárquico	1533	21	57	38	50	10
298	Manuel Figueira Freire da Câmara	Monárquico	1281	14	51	38	79	12
299	Júlio Eduardo dos Santos	Outros	330	0	1	0	5	0
300	VOTANTES			383	254	90	359	25
301	ELEITORES			666	460	283	689	224
302				57.51	55.22	31.80	52.10	11.16
303	CE 25 - Santarém							
304				Alcanena	Vila Moreira	Minde	Coruche	Rio Maior
305	Candidatos/Freguesias		Total	Alcanena	Vila Moreira	Minde	Coruche	Rio Maior
306	António Augusto Tavares Ferreira	Democrático	3012	115	223	230	198	223
307	João Teixeira de Queirós Vaz Guedes	Democrático	2791	115	223	200	118	221
308	Matias Boleto Ferreira de Mira	Liberal	1819	150	0	235	101	33
309	António Ginstal Machado	Liberal	1636	108	0	50	209	223
310	Joaquim Pinto de Lima	Outros	878	10	0	0	185	221
311	Rafael Augusto de Sousa Ribeiro	Outros	349	0	0	0	122	0
312	VOTANTES			176	223	235	314	307
313	ELEITORES			379	487	368	482	361
314				46.44	45.79	63.86	65.15	85.04

Anexo 1 - CE 24 Alcobça e CE 25 Santarém

	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z
291	CE 24 - Alcobça									
292				Óbidos	Amoreira	Bombarral	Carvalhal	Pombal	Abiúil	Lourçal
293	A-Dos-Francos	Saiz de Matos	Serra de Bouro	Óbidos	Amoreira	Bombarral	Carvalhal	Pombal	Abiúil	Lourçal
294	84	142	68	76	20	212	11	139	46	70
295	41	191	78	106	14	150	0	100	14	100
296	83	153	64	66	17	390	11	146	47	68
297	3	24	16	18	154	4	15	52	62	100
298	6	11	27	94	156	4	55	14	61	4
299	0	0	7	97	1	19	40	0	0	32
300	117	270	173	268	257	395	68	247	122	211
301	175	345	341	406	286	258	159	313	164	478
302	66.86	78.26	50.73	66.01	89.86	153.10	42.77	78.91	74.39	44.14
303	CE 25 - Santarém									
304	São João da Ribeira	Benavente	Cartaxo	Pontével	Ereira	Valada	Golegã	Salvaterra de Magos	Chamusca	Pinheiro Grande
305	93	68	98	100	52	60	166	21	32	57
306	92	73	96	106	52	57	159	29	32	55
307	92	22	17	98	8	28	72	22	11	2
308	92	20	34	13	2	26	44	33	21	4
309	32	54	2	0	9	2	26	158	1	58
310	0	60	2	0	0	2	13	95	0	12
311	155	135	21	106	61	61	176	168	42	115
312	305	390	578	170	386	188	485	455	375	259
313	50.82	34.62	3.63	62.35	15.80	32.45	36.29	36.92	11.20	44.40

Anexo 2 - CE 24 Alcobça e CE 25 Santarém (cont.)

	AA	AB	AC	AD	AE	AF	AG	AH	AI
291	CE 24 - Alcobça								
292			Alcobça	São Martinho	Alpedriz	Turquel	Alfeizerão	Maiorga	Pataias
293	Albergaria dos Doze	Redinha	Alcobça	São Martinho	Alpedriz	Turquel	Alfeizerão	Maiorga	Pataias
294	155	69	434	180	100	20	30	68	90
295	120	168	345	170	52	0	16	34	92
296	151	144	76	11	50	15	17	34	0
297	119	180	87	3	85	172	86	58	47
298	48	13	87	3	85	166	87	58	47
299	0	109	9	0	0	0	0	0	0
300	329	346	521	183	185	188	87	126	138
301	445	438	682	266	301	384	201	216	202
302	73.93	79.00	76.39	68.80	61.46	48.96	43.28	58.33	68.32
303	CE 25 - Santarém								
304	Alpiarça	Santarém	Alcanhões	Pombalinho	Pernes	Romeira	Amiais de Baixo	Abraã	Almoester
305	374	339				122	62	28	219
306	374	319				97	56	28	212
307	59	354				77	12	56	204
308	40	219				82	28	56	206
309	1	89				0	0	3	17
310	1	22				0	0	0	13
311	375	495				126	67	59	236
312	587	1345				254	159	123	316
313	63.88	36.80				49.61	42.14	47.97	74.68

Anexo 3 - CE 24 Alcobça e CE 25 Santarém (cont.)

	AF	AG	AH	AI	AJ	AK	AL	AM	AN
291									
292									
293	Turquel	Alfeizerão	Maiorga	Pataias	Cela	SOMA			
294	20	30	68	90	55	2618			
295	0	16	34	92	35	2234			
296	15	17	34	0	20	2099			
297	172	86	58	47	61	1522			
298	166	87	58	47	61	1281			
299	0	0	0	0	0	320			
300	188	87	126	138	107	5449			
301	384	201	216	202	198	8580			
302	48.96	43.28	58.33	68.32	54.04	63.51			
303									
304							Almeirim	Vila Nova da Barquinha	
305	Romeira	Amiais de Baixo	Abraã	Almoster	Alcanede	Abitureiras	Almeirim	Vila Nova da Barquinha	SOMA
306	122	62	28	219	84	48			3012
307	97	56	28	212	31	46			2791
308	77	12	56	204	103	43			1799
309	82	28	56	206	105	30			1645
310	0	0	3	17	0	8			876
311	0	0	0	13	0	7			349
312	126	67	59	236	105	69			3827
313	254	159	123	316	212	295			8959
314	49.61	42.14	47.97	74.68	49.53	23.39			42.72

Anexo 4- CE 24 Alcoçã e CE 25 Santarém (cont.)

	I	J	K	L	M	N	O	P	
328				CE 27 - Lisboa					
329				Lisboa 1					
330	Candidatos/Freguesias		Total	Anjos	Graça	Beato	Castelo	S. Cristóvão	
331	Alberto Ferreira Vidal	Democrático		587	126	149	76	245	
332	António Maria da Silva	Democrático		590	122	148	65	244	
333	Afonso Augusto da Costa	Democrático		610	126	149	78	249	
334	João Luís Ricardo	Democrático		585	128	149	77	248	
335	José Mendes Nunes Loureiro	Democrático		594	125	149	75	244	
336	José de Oliveira da Costa Gonçalves	Democrático		586	130	149	76	246	
337	Manuel Duarte	Monárquico		455	57	79	10	109	
338	Paulo Cancela de Abreu	Monárquico		459	54	79	10	109	
339	Carlos Machado Ribeiro Ferreira	Monárquico		456	51	73	10	109	
340	Fernando Coutinho da Silveira Ramos	Monárquico		458	55	79	10	109	
341	Fidelino de Figueiredo	Monárquico		457	55	79	11	109	
342	Matheus de Oliveira Monteiro	Monárquico		454	55	79	10	109	
343	João Tamagnini de Sousa Barbosa	Coligação		200	19	76	20	47	
344	João de Deus Ramos	Coligação		212	21	75	21	47	
345	Francisco da Cunha Rego Chaves	Coligação		202	20	74	22	49	
346	Zacarias Gomes de Lima	Coligação		221	20	83	21	57	
347	Amílcar da Silva Ramada Curto	Coligação		182	14	72	20	36	
348	Manuel de Oliveira Gomes da Costa	Coligação		223	23	78	22	54	
349	Albino Vieira da Rocha	P.R. Fomento Nacional		29	2	0	7	9	
350	João da Câmara Pestana	P.R. Fomento Nacional		17	2	0	7	6	
351	António Bernardo	P.R. Fomento Nacional		14	3	0	7	6	
352	Francisco Luís Ramos	P.R. Fomento Nacional		14	1	0	6	6	
353	Alexandre Soares Ferreira de Loureiro	P.R. Fomento Nacional		14	1	0	15	6	
354	João Machado Toledo	P.R. Fomento Nacional		14	1	0	6	5	
355	VOTANTES			1198	211	311	116	420	
356	ELEITORES			4600	440	1561	347	1277	
357				26.04	47.95	19.92	33.43	32.89	

Anexo 5 - CE 27 Lisboa Oriental

	Q	R	S	T	U	V	W	X
328								
329								
330	Santa Engrácia	Santo Estevão	S. Miguel	Olivais	Sé	Socorro	S. Tiago	S. Vicente
331	331	125	54	205	226	201	85	203
332	332	122	54	229	223	205	82	202
333	343	124	54	226	228	203	88	212
334	334	123	54	204	220	205	86	207
335	330	121	54	211	223	203	84	208
336	298	123	54	170	224	202	84	209
337	250	46	28	36	73	93	26	76
338	254	46	29	36	74	91	26	77
339	250	46	28	36	74	90	26	80
340	254	46	29	36	75	91	26	77
341	252	46	29	36	75	89	26	79
342	252	46	28	36	74	89	26	77
343	165	22	14	115	37	76	26	51
344	164	23	14	117	38	81	29	55
345	158	23	14	118	39	79	20	65
346	187	25	14	190	40	83	29	66
347	156	21	14	117	34	73	22	62
348	165	23	15	120	41	89	27	69
349	8	7	2	3	8	7	2	5
350	9	4	0	2	6	5	2	4
351	7	4	0	2	5	6	1	3
352	8	5	1	3	8	5	1	2
353	8	4	1	2	8	5	4	2
354	8	4	0	2	3	5	1	2
355	786	201	100	405	349	397	141	363
356	3472	592	#DIV/0!	1010	740	1020	363	1000
357	22.64	33.95		40.10	47.16	38.92	38.84	36.30

Anexo 6 - CE 27 Lisboa Oriental (cont.)

	X	Y	Z	AA	AB	AC	AD
328							
329							
330	S. Vicente	S. Julião	Madalena	Encarnação	S. José	Arroios	Penha de França
331	203	28	32	174	280	393	120
332	202	28	32	171	268	399	118
333	212	29	33	177	289	406	121
334	207	29	33	178	284	397	119
335	208	28	35	176	286	393	118
336	209	28	35	177	271	392	121
337	76	27	33	133	194	299	45
338	77	26	32	131	192	297	45
339	80	27	32	133	194	300	45
340	77	27	32	132	190	295	45
341	79	26	33	131	195	296	43
342	77	26	32	133	193	299	45
343	51	8	12	56	85	136	63
344	55	5	12	56	72	128	64
345	65	5	11	53	72	129	63
346	66	7	13	53	120	136	64
347	62	3	8	48	63	108	60
348	69	8	13	59	84	145	68
349	5	0	3	3	9	9	6
350	4	0	1	3	6	7	5
351	3	0	1	3	7	11	4
352	2	0	1	2	6	9	4
353	2	0	1	2	7	8	4
354	2	0	1	0	5	7	4
355	363	63	84	376	577	855	239
356	1000	257		892	1384	2402	1234
357	36.30	24.51		42.15	41.69	35.60	19.37

Anexo 7 - CE 27 Lisboa Oriental (cont.)

	AE	AF	AG	AH	AI	AJ	AK	AL
328								
329								
330	Pena	Santa Justa	Sacramento	S. Nicolau	Mártires	Conceição Nova	SOMA	
331	254	113	115	77	50	41	4290	
332	250	110	113	77	51	40	4275	
333	256	111	115	83	51	42	4403	
334	260	110	117	75	49	41	4312	
335	253	112	112	77	50	40	4301	
336	254	111	113	76	49	40	4218	
337	158	75	83	45	82	51	2563	
338	158	77	83	42	83	51	2561	
339	156	75	81	46	83	48	2549	
340	158	76	82	43	83	48	2556	
341	155	76	82	44	82	51	2557	
342	156	75	79	43	82	51	2549	
343	79	30	38	33	13	6	1427	
344	88	30	39	35	14	5	1445	
345	85	30	38	32	15	4	1420	
346	90	33	37	33	15	6	1643	
347	78	27	26	29	12	4	1289	
348	92	35	39	39	19	8	1558	
349	16	1	4	10	0	1	151	
350	15	1	4	8	0	1	115	
351	15	0	4	8	0	1	112	
352	15	0	4	7	0	1	109	
353	15	0	3	7	0	1	118	
354	12	0	4	5	0	1	90	
355	533	224	248	168	150	101	8616	8532
356	1871	488	599	351	283	200	26383	26383
357	28.49	45.90	41.40	47.86	53.00	50.50		32.34

Anexo 8 - CE 27 Lisboa Oriental (cont.)